



Pontifícia
Universidade
Católica do
Rio de Janeiro

GLAUCIO HENRIQUE EVANGELISTA DE FREITAS

**Do Paradigma da Coerção à Política da Vida: Segurança
Humana e Desenvolvimento em Santa Cruz (RJ)**

Trabalho de conclusão de curso

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Paula Drumond.

Rio de Janeiro
Dezembro de 2025

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do/a autor/a e do orientador.

Glaucio Henrique Evangelista de Freitas

Estudante do curso de Graduação em Relações Internacionais do IRI / PUC-Rio.

Ficha Catalográfica

Freitas, Glaucio Henrique Evangelista

Do Paradigma da Coerção à Política da Vida: Segurança Humana e Desenvolvimento em Santa Cruz (RJ) ; orientador: Paula Drumond. – 2025.

71 f.; 30 cm

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

Inclui bibliografia.

1. Relações internacionais – Trabalhos de conclusão de curso. 2. Segurança Cidadã. 3. Desenvolvimento

Territorial. 4. Santa Cruz (RJ). 5. Forças Armadas e Desenvolvimento. 6. Prevenção à Violência. I. Paula Drumond de. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Instituto de Relações Internacionais. III. Do Paradigma da Coerção à Política da Vida: Segurança Humana e Desenvolvimento em Santa Cruz (RJ).

CDD: 327

Dedico este trabalho aos meus contemporâneos de Santa Cruz — sei das mazelas que nos afligem, mas também da potência que carregamos para congregar a mudança — que sonham, realizam e seguem buscando, com toda a força, o que merecemos. Que estas páginas sejam uma semente de transformação no chão que nos viu crescer.

À minha família, minha base firme e porto seguro. A Deus, pela fé que move e renova. À professora Paula Drumond, pela orientação certa, pela paciência e por acreditar neste projeto desde o primeiro esboço. E a todo o corpo técnico e docente do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio, que me ofereceu as ferramentas, a crítica e a base para construir algo que acredito ser significativo.

Este trabalho é feito de território, de memória e de esperança.

Resumo

Freitas, Glaucio Henrique Evangelista; Drumond, Paula (Orientadora). Do Paradigma da Coerção à Política da Vida: Segurança Humana e Desenvolvimento em Santa Cruz (RJ). Rio de Janeiro, 2025. 71 p. Trabalho de Conclusão de Curso – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Este policy brief propõe um modelo inovador de segurança cidadã para o bairro de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, fundamentado no paradigma da segurança humana e no desenvolvimento territorial integrado. Argumenta-se que a violência urbana na região é um fenômeno estrutural, alimentado por desigualdades históricas, exclusão racial e territorial e pela fragilidade da presença estatal. Em contraste com abordagens estritamente coercitivas, o documento defende a articulação de políticas sociais, econômicas e culturais como estratégia eficaz de prevenção.

Com base em diagnósticos locais e em experiências nacionais que integram ações de defesa ao desenvolvimento social — como as Operações Ágata em regiões de fronteira e o apoio logístico a programas de infraestrutura comunitária — o brief recomenda a implementação do Projeto Santa Cruz Cidadã: uma iniciativa-piloto que mobiliza a infraestrutura e a capacidade logística das Forças Armadas brasileiras — especialmente do 1º Batalhão de Engenharia de Combate — em parceria com o governo municipal e o UN-Habitat. O projeto se estrutura em cinco eixos: oportunidades e turismo sustentável; educação e tecnologia; cultura e esportes; engajamento e segurança cidadã; e sustentabilidade e monitoramento.

Seu alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 8, 11 e 16) reforça seu potencial como política pública replicável, capaz de converter vulnerabilidade em oportunidade e construir segurança por meio do desenvolvimento humano e da confiança entre Estado e sociedade.

Palavras-chave

Relações Internacionais; Segurança Cidadã; Desenvolvimento Territorial; Santa Cruz (RJ); Forças Armadas e Desenvolvimento; Prevenção da Violência.

Abstract

Freitas, Glaucio Henrique Evangelista; Drumond, Paula (Advisor). From the Coercion Paradigm to the Policy of Life: Human Security and Development in Santa Cruz (RJ). Rio de Janeiro, 2025. 71 p. Undergraduate Final Paper – International Relations Institute, Pontifical Catholic University of Rio de Janeiro.

This policy brief proposes an innovative model of citizen security for the Santa Cruz neighborhood in Rio de Janeiro, grounded in the human security paradigm and integrated territorial development. It argues that urban violence in the region is a structural phenomenon, fueled by historical inequalities, racial and territorial exclusion, and the fragility of state presence. In contrast to purely coercive approaches, the document advocates for the articulation of social, economic, and cultural policies as an effective prevention strategy.

Based on local diagnostics and national experiences that integrate defense actions with social development — such as the Ágata Operations in border regions and logistical support for community infrastructure programs — the brief recommends the implementation of the Santa Cruz Cidadã Project: a pilot initiative that mobilizes the infrastructure and logistical capacity of the Brazilian Armed Forces — especially the 1st Combat Engineering Battalion — in partnership with the municipal government and UN-Habitat. The project is structured around five axes: opportunities and sustainable tourism; education and technology; culture and sports; engagement and citizen security; and sustainability and monitoring.

Its alignment with the Sustainable Development Goals (SDGs 8, 11 and 16) reinforces its potential as a replicable public policy, capable of converting vulnerability into opportunity and building security through human development and trust between the State and society.

Keywords

International relations; Citizen Security; Territorial Development; Santa Cruz (RJ); Armed Forces and Development; Violence Prevention.

Sumário

Principais resultados	08
1. Introdução	09
1.1. Necropolítica e desigualdade urbana: o Rio de Janeiro como expressão da violência estrutural.	21
1.2. Milícias: Governo Paralelo e a Corrosão do Estado de Direito	28
2. Diagnóstico Situacional de Santa Cruz: Entre a Vulnerabilidade Estrutural e o Potencial Transformador	30
2.1. Experiências Locais de Referência: Aprendizados do UPP+Social e dos Territórios Sociais	31
2.2. Convergência para um Modelo Transformador: A Proposta Integrada para Santa Cruz	32
3. O Potencial Estratégico das Forças Armadas em Projetos de Segurança Cidadã e Desenvolvimento	36
4. Projeto Santa Cruz Cidadã: implantação do piloto de segurança cidadã	41
4.1. Público-Alvo e Abrangência Territorial	42
4.2. Modelo de Governança e Gestão	43
4.3. Cronograma Executivo e Metas Físicas	48
4.4. Sistema de Avaliação e Monitoramento	50
4.5. Alocação Orçamentária Detalhada	51
4.6. Resultados Esperados e Impactos	51
4.7. Estratégia de Replicabilidade	52

5. Implicações Políticas	53
6. Conclusão	54
7. Recomendações	55
8. Referências bibliográficas	57

Principais resultados

- A violência em Santa Cruz é estrutural e racializada, resultado de desigualdades históricas e da ausência do Estado, não apenas de atividades criminosas. Dados do Atlas da Violência, do relatório Pele Alvo e Plano Santa Cruz 2030 mostram que jovens negros da periferia são as principais vítimas.
- Abordagens puramente coercitivas falharam e, muitas vezes, ampliaram a violência e a desconfiança institucional, como evidenciado pelas "megaoperações" no RJ 2025 e pela intervenção federal de 2018.
- O paradigma da segurança cidadã, alinhado aos ODS, mostra-se mais eficaz, integrando desenvolvimento social, participação comunitária e prevenção qualificada para construir paz sustentável.
- Santa Cruz possui um potencial transformador único, combinando vulnerabilidade social com ativos históricos, militares e ambientais subutilizados, como o 1º BEC, a Base Aérea e o projeto Solário Carioca.
- As Forças Armadas podem atuar como agentes de desenvolvimento em parceria com instituições civis, como demonstram experiências nacionais (Operações Ágata) e locais (Projeto Rio Criança Cidadã).
- O Projeto Santa Cruz Cidadã oferece um modelo piloto factível e replicável, com orçamento de R\$ 800 mil, para converter vulnerabilidade em oportunidade através de cinco eixos integrados: oportunidades, educação, cultura, engajamento e sustentabilidade.
- Recomenda-se a criação imediata de uma parceria tripartite entre Ministério da Defesa, Prefeitura do Rio e ONU-Habitat para implementar o projeto, fortalecer a governança comunitária e monitorar impactos com base nos ODS 8, 11 e 16.

1. Introdução

A violência no Brasil é reflexo das desigualdades estruturais históricas, de caráter profundamente racista. Ela expressa um padrão de exclusão social e territorial, no qual classe, raça e gênero se interseccionam, criando vulnerabilidades específicas frequentemente invisibilizadas (Crenshaw, 1989). Essa sobreposição de opressões compõe uma matriz de dominação sustentada por estruturas que naturalizam a desigualdade (Collins, 2000). Portanto, a violência é o resultado histórico de uma organização hierárquica de poder que usa raça, gênero e classe como mecanismos de controle.

Diante disso, urge adotar o paradigma da segurança cidadã. Diferente das abordagens repressivas, ela foca na proteção integral e na garantia de direitos, entendendo que a paz sustentável requer justiça social, participação democrática e desenvolvimento humano. Conforme o ONU-Habitat (2020), este modelo propõe uma governança compartilhada entre Estado e sociedade, com prevenção qualificada e promoção de oportunidades para romper ciclos de exclusão. A segurança cidadã não é apenas ausência de crime, mas a presença de condições materiais, simbólicas e institucionais para uma vida digna – especialmente em territórios marcados pela necropolítica e pelo abandono estatal.

Esta reflexão orienta a análise seguinte, na qual examinaremos como Santa Cruz, na Zona Oeste do Rio, pode se tornar um laboratório para políticas inspiradas nesse paradigma. Ao articular interseccionalidade, segurança cidadã e desenvolvimento territorial, buscamos contribuir para o debate sobre conflitos urbanos, direitos humanos e alternativas democráticas à violência estrutural.

A dinâmica de dominação nos territórios periféricos também se expressa na relação com o meio ambiente. Como argumenta a Sempreviva Organização Feminista (2017), a violência é uma coação às pessoas e à natureza, inserindo-se na exclusão de direitos territoriais e acesso aos bens naturais. Essa visão amplia o conceito de violência, que não se limita a relações entre indivíduos, mas se estende à exploração dos territórios e seus recursos. A mercantilização da vida e da natureza atua assim como um mecanismo de poder, reforçando desigualdades e aprofundando vulnerabilidades socioambientais. Incorporar essa perspectiva é essencial para políticas públicas que articulem segurança humana, justiça

ambiental e desenvolvimento sustentável, sobretudo em territórios marcados por assimetrias históricas.

Enquanto as Doenças e Agravos Não Transmissíveis são as principais causas de morte no Brasil, o cenário se inverte entre os jovens de 15 a 29 anos, para quem a violência e os acidentes são os principais fatores de mortalidade (SVS, 2019). Embora o país tenha reduzido mortes por doenças cardiovasculares e respiratórias, houve um aumento nas taxas de homicídios e suicídios na última década, especialmente nas regiões Norte e Nordeste. Esse crescimento evidencia as desigualdades regionais no enfrentamento da violência letal. Esses dados reforçam que o fenômeno não é mera expressão da criminalidade, mas produto de assimetrias históricas de poder, renda, raça e gênero. A desigualdade territorial, a precarização das condições de vida e a ausência crônica de políticas sociais estruturadas aprofundam a insegurança cotidiana, exigindo políticas públicas direcionadas à proteção da juventude, com foco na prevenção da violência e na promoção de oportunidades.

Assim, a insegurança é resultado direto da exclusão social intensificada pelo modelo neoliberal, que enfraquece a proteção coletiva. Portanto, políticas eficazes devem transcender o aparato repressivo, baseando-se em estratégias amplas de redistribuição de renda, fortalecimento comunitário e promoção de condições dignas de vida, vinculando o direito à segurança ao direito à cidade e à justiça social.

Análises recentes, como as de Jabbour (2025), indicam que o prolongamento de políticas neoliberais fragilizou a atuação do Estado, reduziu investimentos públicos e transferiu responsabilidades sociais para o mercado. Isso comprometeu sua capacidade de enfrentar as causas estruturais da insegurança, abrindo espaço para que grupos criminosos ocupassem funções antes reguladas pelo poder público, especialmente em áreas vulneráveis. O retraimento estatal favorece, assim, a expansão da violência e a consolidação de sistemas paralelos de controle territorial. Consequentemente, políticas de segurança duradouras exigem um Estado ativo, capaz de regular, investir e promover proteção social, em oposição a modelos de Estado mínimo focados na acumulação financeira.

Essa reflexão dialoga com a concepção de Milton Santos (1994), para quem o território é o "chão mais a identidade" – o espaço vivido, carregado de relações e disputas. Quando o Estado se ausenta e o mercado organiza o espaço, esse território se fragmenta, reproduzindo desigualdades e aprofundando a exclusão. Compreender a violência sob essa ótica territorial é reconhecer que ela se enraíza nas formas desiguais de apropriação do espaço, onde a ausência do Estado representa a negação do direito à cidade.

Dados recentes do Atlas da Violência 2025 mostram que o Brasil registrou 45.747 homicídios em 2023, atingindo a menor taxa em onze anos (21,2 por 100 mil habitantes), indicando avanços nacionais na prevenção da violência letal.

No entanto, a violência continua a impactar de forma desproporcional a juventude brasileira. Em 2019, foi a principal causa de morte entre jovens: 39% dos óbitos entre 15-19 anos; 38% entre 20-24 anos; e 31% entre 25-29 anos decorreram de homicídios, confirmando padrões estruturais de vitimização que exigem políticas focalizadas.

O estudo também revela uma profunda desigualdade racial. As taxas de homicídio da população negra são significativamente superiores, reflexo de fatores estruturais e da ausência de políticas públicas específicas. Esta realidade é detalhada no relatório "Pele Alvo" (CESeC, 2025), que demonstra que 86,2% das vítimas de intervenções policiais eram negras – percentual que chega a 95,7% na Bahia e 92,6% em Pernambuco.

No Rio de Janeiro, os dados são contundentes: embora negros representem 57,8% da população, correspondem a 86,1% das vítimas de intervenção policial. Pessoas negras têm 4,5 vezes mais chances de serem mortas pela polícia no estado. O perfil predominante das vítimas é jovem (51,6% entre 18 e 29 anos), homem, pobre e morador de periferias, com a Zona Oeste concentrando o maior número de casos.

Os dados revelam que a violência não se distribui aleatoriamente; ela se territorializa, incidindo com maior intensidade sobre áreas marcadas pela pobreza, segregação e ausência de políticas públicas. Portanto, a violência deve ser compreendida como expressão da desigualdade estrutural e da fragilidade das

instituições democráticas, e não como mera manifestação isolada da criminalidade.

A dinâmica violenta nos territórios periféricos também se manifesta por meio de microviolências — práticas sutis, repetidas e naturalizadas de discriminação, exclusão e negligência institucional que estruturam o cotidiano das populações vulnerabilizadas. Essas ações, embora menos visíveis, impactam diretamente a percepção de segurança, a confiança nas instituições e a garantia de direitos.

O relatório "Pele Alvo" (CESeC, 2025) ilustra essa dimensão ao documentar abusos verbais contra adolescentes, desrespeito à identidade LGBTQIA+ e intimidação que afetam desproporcionalmente famílias negras. Tais episódios demonstram como a violência institucional permeia rotinas de deslocamento e interação com agentes públicos, reforçando desigualdades.

Essa constante presença de microviolências naturaliza relações de poder assimétricas e amplia a sensação de vulnerabilidade nas periferias. Esse quadro confirma que a violência é um fenômeno multifacetado, operando tanto em sua dimensão letal quanto por meio de formas cotidianas de controle. Incorporar essa perspectiva é essencial para desenhar políticas de segurança que enfrentem de forma integrada a letalidade, o racismo institucional e as práticas discricionárias que moldam a experiência de grupos marginalizados.

Compreender a violência urbana nas periferias exige ainda considerar suas dimensões simbólicas e subjetivas. Como indicam estudos clássicos, formas sutis de dominação – estigmas, humilhações e discursos desumanizantes – estruturam as relações sociais. Inspiradas em Bourdieu, pesquisas mostram que essas violências simbólicas naturalizam hierarquias ao internalizar representações que associam certos grupos à suspeição, ao perigo e à marginalidade.

Essa dinâmica aparece com força no relatório "Pele Alvo" (CESeC, 2025), que mostra como moradores negros de periferias crescem sob narrativas que os tornam alvo preferencial da violência estatal. Essas representações internalizam-se, moldando comportamentos e a circulação nos territórios.

Paralelamente, análises como as de Veena Das demonstram que a violência se inscreve na vida cotidiana, reorganizando rotinas e afetos. No Brasil, isso se manifesta no medo de invasões policiais, que leva famílias a evitarem deixar crianças sozinhas, ou na restrição dos deslocamentos de jovens que se sentem alvo de abordagens abusivas. Assim, a violência transcende eventos pontuais e torna-se uma experiência urbana contínua.

Esse conjunto de evidências reforça a necessidade de políticas públicas que abordem a violência para além da dimensão letal, integrando ações de enfrentamento ao racismo institucional, às discriminações de gênero e às práticas simbólicas que sustentam desigualdades. Dessa forma, os dados quantitativos sobre a necropolítica e as narrativas qualitativas sobre as microviolências não se contradizem; são duas faces da mesma moeda. Juntas, elas revelam um continuum de violência que vai da humilhação cotidiana até a execução, sustentado pela mesma estrutura racista e colonial.

Essa ampliação conceitual abriu espaço para o paradigma da segurança humana, defendido pelo PNUD (1994) e pela ONU-Habitat (2020), que desloca o foco da defesa do Estado para a proteção das pessoas. Sob essa perspectiva, garantir segurança significa assegurar e ampliar o acesso a oportunidades, habitação, educação, saúde, renda e participação social, reconhecendo que a paz sustentável só se constrói com desenvolvimento humano e justiça social. Nesse quadro, a dimensão cultural consolida-se como vetor central para a coesão social e a efetividade das ações públicas. Essa importância é reconhecida até por instituições de defesa, como o UK Army (2010), que afirma que “cultura e crença influenciam como as pessoas se comportam e como esse comportamento é interpretado”. De forma análoga, o Exército Brasileiro (2014) orienta suas forças a desenvolverem “uma acurada compreensão da dimensão humana do teatro de operações, ressaltando a cultura local, os costumes, a economia e o sistema de crenças”.

Essas referências indicam uma guinada paradigmática: a cultura não é mais acessória, mas condição essencial para estratégias de segurança legítimas e eficazes. No entanto, essa aproximação não deve instrumentalizar a cultura como mera "capacidade operacional" subordinada a interesses castrenses. Trata-se, antes, de reconhecer que a compreensão sociocultural — orientada por diálogo, respeito e valorização das identidades locais — fortalece a confiança entre Estado e sociedade, amplia a aceitação das políticas públicas e contribui para uma noção mais democrática de segurança.

Assim, a incorporação da dimensão cultural pelas instituições, inclusive militares, pode servir como ponte para uma atuação mais integrada e sensível aos territórios, desde que vinculada a uma ética de cooperação e não de controle. Essa abordagem favorece a construção de uma segurança cidadã, fundada no pertencimento e na participação social, e não na militarização da vida cotidiana.

Essa perspectiva cultural permite uma reconfiguração do papel das instituições, promovendo sua aproximação da sociedade por meio de projetos educativos, culturais e comunitários. A integração entre segurança, cultura e desenvolvimento — defendida pelo ONU-Habitat (2020) — tem inspirado experiências inovadoras na América Latina, onde arte, patrimônio e criatividade são mobilizados como instrumentos de coesão social e prevenção da violência, como no caso do programa UPP+SOCIAL, no Rio de Janeiro.

Nesse contexto, o fortalecimento das economias criativas consolida-se como eixo estratégico para o desenvolvimento urbano e para uma segurança humana baseada na cidadania cultural. Dados da Firjan (2022) mostram que o segmento de Consumo (Publicidade & Marketing, Design, Artes Visuais) expandiu 20% entre 2017 e 2020, representando 47% dos empregos formais do setor. Isso demonstra a interdependência entre segurança urbana e desenvolvimento cultural: investir em cultura e criatividade dinamiza a economia, fortalece o tecido social, amplia oportunidades e reduz vulnerabilidades,

constituindo uma estratégia concreta de prevenção da violência e promoção de paz sustentável.

Paralelamente, a reindustrialização e a retomada da capacidade produtiva nacional emergem como condições fundamentais para reconstruir o papel do Estado, gerar empregos de qualidade e restabelecer a coesão social. Fortalecer a indústria – articulada com inovação, sustentabilidade e dinâmicas culturais locais – configura não apenas uma política econômica, mas também uma estratégia de segurança e soberania.

Santa Cruz, bairro historicamente vinculado à atividade industrial e a grandes plantas produtivas, apresenta notável potencial para integrar essa agenda. Ao conjugar o desenvolvimento industrial com iniciativas de economia criativa, ciência e tecnologia, o território pode transformar-se em um polo de produção, cultura e inovação, contribuindo para um modelo de cidade mais justo, seguro e inclusivo.

Cabe destacar a evolução nas abordagens de intervenção territorial. Enquanto programas como o UPP+Social (já descontinuado) articulavam políticas sociais diretamente à presença policial, o Territórios Sociais prioriza o mapeamento de vulnerabilidades por meio de metodologias como questionários aplicados pelo Instituto Pereira Passos. Os dados fundamentam políticas intersetoriais, viabilizando um planejamento contextualizado para a segurança humana e o desenvolvimento territorial. Assim, consolida-se uma transição paradigmática: de modelos reativos centrados na violência, para estratégias proativas que atuam sobre suas causas estruturais, construindo segurança pelo desenvolvimento integral e pelo fortalecimento do capital social.

O bairro de Santa Cruz, na Zona Oeste do Rio de Janeiro, sintetiza de forma emblemática a relação entre vulnerabilidade estrutural e potencialidade territorial. A região conjuga altos índices de pobreza urbana e forte atuação de

milícias com um patrimônio histórico, militar e econômico singular. Santa Cruz abriga o 1º Batalhão de Engenharia de Combate (1º BEC), que também funciona como museu, e a Base Aérea de Santa Cruz, onde se localiza um dos hangares de zepelim mais preservados do mundo — símbolos de uma presença estatal de alto valor histórico e cultural. Além disso, o bairro conta com um importante Distrito Industrial e grande potencial para o setor da construção civil, além de iniciativas de infraestrutura sustentável, como o projeto Solário Carioca, implantado em antiga área de aterro sanitário e transformado em usina solar de 5 MW. A iniciativa gerou mais de 230 empregos diretos e 60 indiretos, com economia superior a R\$ 2 milhões anuais aos cofres municipais.

Esses ativos contrastam, no entanto, com indicadores sociais críticos. Com uma renda per capita de R\$ 532 e ocupando a 124ª posição entre 159 regiões no Índice de Progresso Social (IPP, 2024), Santa Cruz revela fragilidades acentuadas nas dimensões de bem-estar (47,60) e oportunidades (46,91), embora apresente desempenho melhor em necessidades humanas básicas (85,01). Este cenário evidencia uma desigualdade estrutural profunda, onde a ausência de políticas públicas eficazes de inclusão, cultura e emprego favorece a expansão das economias ilegais e a consolidação de poderes paralelos.

Nesse vácuo institucional, as milícias emergem como atores centrais, extrapolando o controle armado para assumir um papel ativo na produção do espaço e nas relações econômicas locais. Como destacam Benmergui e Gonçalves (2019) em *A expansão das milícias no Rio de Janeiro: uso da força estatal, mercado imobiliário e grupos armados*,

“as milícias passaram de grupos de ‘proteção’ para atores centrais do urbanismo informal, controlando territórios, loteamentos e empreendimentos habitacionais. Esse tipo de intervenção urbana inclui a apropriação ilegal de terras públicas, a construção em massa de edifícios, corretagem e operações financeiras através de crédito informal. Amparadas pela impunidade e pelo consentimento tácito, as

milícias se esquivam dos controles municipais, grilam terras e constroem sem fiscalização” (Benmergui & Gonçalves, 2019, p. 18).

Esse "urbanismo miliciano" não apenas reconfigura o território, mas substitui a autoridade estatal por uma lógica paralela de poder, regulando desde o acesso à moradia e ao comércio até os próprios laços comunitários. A atração exercida pelas milícias sobre os moradores de Santa Cruz baseia-se, portanto, não apenas na coerção, mas também na busca por status, ganhos materiais e pertencimento social em um contexto de ausência estatal.

Casos como a Operação Medusa, em 2018, ilustram as ambiguidades dessa dinâmica. A ação policial resultou na prisão de 159 pessoas durante um evento social – a maioria sem envolvimento direto com atividades criminosas –, posteriormente liberadas pela Justiça por falta de provas. Conforme reportagem da época, o episódio foi utilizado como vitrine política da intervenção federal, sendo posteriormente denunciado pela Defensoria Pública como exemplo de "prisões arbitrárias e politização da segurança pública". Tais fatos evidenciam que ações estatais desarticuladas e excessivamente repressivas ampliam a desconfiança entre a população e o poder público, contribuindo indiretamente para a legitimação de poderes paralelos.

Diante desse cenário, torna-se urgente redefinir a presença estatal em territórios como Santa Cruz, substituindo a lógica puramente coercitiva por uma baseada na cooperação e no pertencimento. Nesse contexto, as Forças Armadas – sem assumir funções policiais – podem atuar como agentes catalisadores da transformação social, promovendo projetos culturais, educacionais e de valorização cívica que reaproximem o Estado da população.

Ao converter seus espaços históricos em polos de educação, memória e cidadania, as instituições militares podem fortalecer os laços comunitários e criar alternativas de reconhecimento social. Dessa forma, a cultura militar, quando reorientada pelos princípios da segurança humana (ONU-Habitat, 2020) e do desenvolvimento sustentável (Agenda 2030), pode se tornar uma ferramenta legítima de integração social e reconstrução democrática, reduzindo o apelo das milícias.

Como reforça Galula (2006), seria sem sentido limitar os soldados a funções puramente militares quando há tarefas sociais urgentes a serem realizadas. Essa visão converge com a orientação do Exército Brasileiro (2014), que preconiza a compreensão da dimensão humana dos territórios, e com a perspectiva do UK Army (2010), para quem a cultura é uma capacidade militar essencial para interpretar comportamentos.

Essa abordagem cultural da segurança permite que as Forças Armadas atuem não apenas como força de contenção, mas como parceiras do desenvolvimento local. Tal orientação se materializa em iniciativas como o Programa Forças no Esporte (PROFESP) e a Operação Acolhida, que demonstram o potencial transformador de uma atuação castrense ancorada em inclusão, direitos humanos e construção de paz.

Essas experiências demonstram que o engajamento militar em ações sociais não enfraquece, mas amplia sua legitimidade como instrumento do Estado. Em Santa Cruz, um projeto nessa linha poderia mobilizar o 1º BEC e a Base Aérea em iniciativas integradas de educação, cultura, qualificação e lazer, criando alternativas concretas de pertencimento social e reduzindo a vulnerabilidade da juventude.

Este policy brief analisa como a segurança, a vulnerabilidade social e o desenvolvimento sustentável convergem em Santa Cruz (RJ), examinando como instituições civis e militares podem contribuir para estratégias preventivas de segurança cidadã que fortaleçam o tecido social e reduzam a violência estrutural.

Parte-se da premissa de que a presença estatal não deve se limitar à coerção. Avalia-se, portanto, como a cultura organizacional das Forças Armadas — com seus valores de disciplina e serviço — pode ser reinterpretada como recurso para iniciativas educacionais, culturais e de engajamento comunitário, sem militarizar as políticas sociais.

O foco analítico está nas condições para transformar essa presença em um vetor de confiança e integração, tomando Santa Cruz como território-piloto.

A proposta busca valorizar o patrimônio histórico-militar, convertendo-o em eixo de ação social, educativa e cultural. Em Santa Cruz, o 1º BEC e a Base Aérea são espaços públicos com potencial para se tornarem polos dinamizadores de oportunidades e desenvolvimento comunitário.

Com base nisso, a estrutura deste policy brief organiza-se em sete seções, conduzindo do diagnóstico ao plano de ação:

A primeira seção introduz o tema e contextualiza a violência urbana no Brasil como expressão das desigualdades estruturais, articulando os conceitos de segurança humana, cultura e desenvolvimento a partir de relatórios e pesquisas nacionais e internacionais. Situa ainda o caso do Rio de Janeiro e justifica a escolha de Santa Cruz como território-piloto, destacando o contraste entre a vulnerabilidade social e o potencial histórico-cultural do bairro.

A segunda seção apresenta um diagnóstico detalhado da segurança cidadã e do desenvolvimento local em Santa Cruz, examinando as dinâmicas de violência armada, a atuação de milícias e os indicadores de vulnerabilidade socioeconômica, com base em dados do Plano Santa Cruz Agenda 2030 (2020), Fogo Cruzado (2023), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2022) e Instituto Pereira Passos - IPP (2024). Analisa também experiências anteriores de integração territorial, como o programa UPP+Social e a iniciativa Territórios Sociais, que evidenciam a importância de abordagens intersetoriais.

A terceira seção explora o potencial das Forças Armadas brasileiras como agentes de desenvolvimento humano e segurança cidadã, com base em experiências concretas como a Operação Acolhida, o Programa Forças no Esporte (PROFESP) e as ações de defesa civil em resposta a desastres naturais. Essa fundamentação consolida a premissa de que as forças de defesa podem atuar de forma legítima e eficaz como promotoras de inclusão e cooperação, para além de suas funções tradicionais de controle e segurança.

A quarta seção detalha a proposta de intervenção piloto para Santa Cruz, definindo objetivos estratégicos, eixos temáticos e metodologia de implementação. A proposta prevê um projeto de baixo custo – estimado em R\$ 800 mil – a ser desenvolvido por meio de parceria entre o Ministério da Defesa, o

ONU-Habitat, a Prefeitura do Rio de Janeiro e o Governo do Estado. As ações concentram-se em cinco eixos principais: criação de oportunidades, educação, cultura, esporte e engajamento comunitário, com o propósito de fortalecer a coesão social e a resiliência territorial.

A quinta seção analisa as implicações políticas da proposta, enfatizando a necessidade de reconstruir o debate público sobre segurança sob bases democráticas. A discussão parte de uma lógica de mitigação de riscos, utilizando os eventos de 8 de janeiro de 2023 como referência para evidenciar o perigo da instrumentalização política das Forças Armadas e a corrosão da confiança institucional. A proposta é apresentada como um contraponto a esse cenário, posicionando uma atuação militar voltada para ações sociais e preventivas como um mecanismo para reforçar o compromisso republicano, a transparência e o controle civil democrático.

A sexta seção conclui o documento, sintetizando as evidências apresentadas e os impactos esperados da intervenção proposta. Reafirma a contribuição do modelo para as agendas de segurança cidadã e desenvolvimento sustentável, em alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 8, 11 e 16, e aponta diretrizes para sua potencial replicação em outros territórios urbanos com características análogas.

Por fim, a sétima seção apresenta as recomendações finais apontando caminhos para a replicação do modelo em outros territórios urbanos vulneráveis. O documento reforça a contribuição da proposta para a agenda nacional e internacional de segurança cidadã e desenvolvimento sustentável, em alinhamento direto com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 8 (trabalho decente e crescimento econômico), 11 (cidades e comunidades sustentáveis) e 16 (paz, justiça e instituições eficazes).

1.1. Necropolítica e desigualdade urbana: o Rio de Janeiro como expressão da violência estrutural.

A violência no Brasil não constitui um fenômeno episódico ou isolado, mas um elemento estruturante das profundas desigualdades históricas, raciais e

territoriais que condicionam o desenvolvimento urbano nacional. Como argumenta Achille Mbembe (2018, p. 66) em *Necropolítica*, o poder moderno define-se pela capacidade de “decidir quem pode viver e quem deve morrer”. No caso brasileiro, essa lógica se materializa na forma como Estado e mercado produzem, simultaneamente, espaços de vida e de morte — territórios onde a ausência deliberada de direitos, serviços e infraestrutura opera como uma administração da morte por omissão.

O Rio de Janeiro é um dos exemplos mais emblemáticos dessa necropolítica urbana. Seus territórios mais vulneráveis, sobretudo nas zonas Norte e Oeste, concentram simultaneamente as maiores taxas de homicídio, os piores indicadores sociais e a presença mais frágil do Estado. Dados do Instituto de Segurança Pública (ISP-RJ) referentes ao período de 2020 a 2023 evidenciam esse padrão: foram registradas 18.411 mortes violentas intencionais no estado, revelando a persistente sobreposição entre as fronteiras da pobreza e as fronteiras da letalidade.

Essa realidade brutal encontra respaldo em dados como os do Uppsala Conflict Data Program (UCDP, 2016), que demonstram que, embora o Brasil não enfrente guerras declaradas desde 1946, o país apresenta níveis de letalidade superiores aos de muitos conflitos armados. Entre 1989 e 2024, registraram-se mais de 20 mil mortes associadas à violência não estatal, sendo 11.192 apenas entre 2020 e 2024.

Na mesma direção, o Global Study on Homicide (UNODC, 2023) posiciona o Brasil entre os países com as maiores taxas de homicídio do mundo, com média de 23,9 mortes por 100 mil habitantes — quase o dobro da taxa global. O relatório sublinha que o biênio 2021–2022 registrou um aumento expressivo da violência letal, especialmente na África e nas Américas. Em 2021, estimou-se que 458 mil pessoas foram vítimas de homicídio intencional no planeta, o equivalente a 52 assassinatos por hora. A África concentrou cerca de 176 mil dessas mortes, seguida pelas Américas (154 mil), Ásia (109 mil), Europa (17 mil) e Oceania (1 mil) (UNODC, 2023, p. 29). O estudo também mostra que as dinâmicas regionais seguem trajetórias divergentes. Nas Américas, há um comportamento assimétrico entre sub-regiões: enquanto a taxa de homicídios na América do Sul vem

diminuindo desde 2017 — em grande medida pela queda progressiva no Brasil, que passou de mais de 63 mil homicídios em 2017 para menos de 46 mil em 2021 —, países como Colômbia e Equador registraram aumentos significativos no período entre o final de 2020 e o final de 2021 (UNODC, 2023, p. 30). Essa assimetria revela que a violência letal não é um fenômeno isolado, mas um sintoma sistêmico, enraizado nas contradições de um modelo socioeconômico neoliberal esgotado, marcado por desigualdade persistente, exclusão territorial e fragilidade institucional.

Em 2022, essa variação intrarregional se manteve: a Colômbia reduziu sua taxa de homicídios de 25,7 para 25,4 por 100 mil habitantes, após um pico associado à atuação de dissidências das FARC e do ELN; o Brasil manteve uma taxa estável de 21,3 por 100 mil, a segunda mais baixa desde 2000, ainda que com níveis críticos de violência nas regiões Norte e Nordeste, marcadas por disputas entre facções do narcotráfico. Já a Argentina apresentou queda de 4,6 para 4,3 por 100 mil habitantes, mas com aumentos localizados em províncias como Santa Fé e na cidade de Rosário, também associados à rivalidade entre grupos criminosos (UNODC, 2023, p. 32).

Além das dimensões territoriais e estruturais, o relatório destaca a distribuição profundamente desigual do risco de homicídio por gênero e idade. Jovens homens seguem como as principais vítimas em países de alta letalidade, como Brasil, Colômbia, Jamaica e Nigéria. Em contrapartida, em países com taxas reduzidas — como China, Alemanha, Japão e Suíça — o risco se distribui de forma mais equilibrada entre homens e mulheres (UNODC, 2023, p. 33). Apesar disso, observa-se um aumento preocupante da violência letal contra mulheres, especialmente mulheres negras e periféricas, evidenciando a interseção entre raça, gênero e vulnerabilidade social no padrão global da violência.

De modo geral, as Américas permanecem como a região com a maior taxa de homicídios do planeta: 15 vítimas por 100 mil habitantes, superando África (12,7), Oceania (2,9), Ásia (2,3) e Europa (2,2). É particularmente alarmante que Brasil e Nigéria — que juntos representam apenas 6% da população mundial — respondam por cerca de 20% dos homicídios globais. Essa realidade expõe não apenas a insuficiência dos mecanismos de contenção da violência, mas reforça a

necessidade de abordagens integradas que articulem coesão social, confiança institucional e justiça distributiva. Sem oportunidades equitativas e fortalecimento dos vínculos comunitários, não há possibilidade de estabilidade duradoura.

Essa espacialização da violência é, como explica Milton Santos (1993, p. 48), resultado direto da organização desigual do território. Para o autor, “o espaço é um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de ações”, o que significa que desigualdades sociais jamais se limitam ao plano socioeconômico: elas se tornam geográficas. Materializam-se em infraestruturas precárias, moradias informais, ausência de serviços e distâncias — físicas e simbólicas — em relação às oportunidades urbanas.

A cidade do Rio de Janeiro, com seus mais de 6,2 milhões de habitantes (IBGE, 2022), expressa de forma contundente essa heterogeneidade estrutural. O Painel do Índice de Progresso Social (IPP, 2024) revela que Santa Cruz ocupa a 124ª posição entre 159 regiões analisadas, com nota geral de 59,84, renda per capita de R\$ 532 e desempenho crítico nas dimensões de Fundamentos do Bem-Estar (47,6) e Oportunidades (46,9). Esses números vão além do diagnóstico de vulnerabilidade: revelam um padrão persistente de exclusão institucionalizada, no qual a ausência de serviços públicos, equipamentos culturais e trajetórias de mobilidade social confirma a interpretação de Santos sobre como o espaço materializa injustiças.

Nesse contexto, a violência não é apenas consequência da desigualdade; ela é também um mecanismo ativo de sua reprodução. Como argumenta Teresa Caldeira (2000, p. 297), a “cidade de muros” brasileira se estrutura em torno de “regimes de medo” e estratégias de isolamento, nos quais a segregação urbana reforça o controle social. Em bairros periféricos, o medo torna-se uma forma de governo: um regime que opera simultaneamente pela atuação de grupos armados, por políticas de segurança seletivas e pela ausência deliberada do Estado.

Essa dinâmica se articula com a lógica descrita por Loïc Wacquant (2008, p. 54), para quem o neoliberalismo substitui o Estado social por um Estado penal, encarregado de “gerenciar a miséria” por meio da repressão e do encarceramento. No Rio de Janeiro, essa “gestão punitiva” legitima operações policiais violentas e

ações de exceção em favelas e periferias, convertendo o território urbano em zonas de sacrifício. É nesse sentido que a necropolítica teorizada por Mbembe se materializa na política urbana brasileira: populações inteiras, confinadas em determinados espaços, vivem sob a ameaça permanente da morte física e social. A leitura territorial da desigualdade se aprofunda quando consideramos o argumento de David Harvey (2005, p. 16) de que o capitalismo urbano opera por meio da “acumulação por espoliação”, apropriando e controlando o espaço para sustentar a lógica de mercado às custas da exclusão de populações marginalizadas. No Rio, essa lógica assume contornos particularmente agudos com a expansão das milícias, que ocupam os vazios institucionais deixados pelo Estado, exploram o mercado imobiliário informal e impõem sistemas paralelos de regulação – como demonstram Benmergui e Gonçalves (2019). Assim, violência armada e espoliação econômica convergem como dimensões complementares de um mesmo projeto de dominação territorial.

Raquel Rolnik (2019, p. 88) descreve esses territórios como “mercados da exceção”, espaços onde a ilegalidade opera como regra e onde o direito é substituído por contratos informais mediados pela violência. Nesse contexto, a milícia emerge como a expressão mais evidente da necropolítica urbana, atuando como autoridade paralela que administra o território, controla o acesso a bens e serviços e define, de forma prática, os limites da vida e da morte. Diante desse cenário, torna-se imprescindível adotar o paradigma da segurança cidadã proposto pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD (1994;2024), que se contrapõe às abordagens repressivas e parte do princípio de que a prevenção da violência depende da articulação entre justiça social, inclusão territorial e fortalecimento comunitário. A metodologia apresentada pelo organismo internacional estrutura-se em dois eixos centrais. O primeiro refere-se à provisão equitativa de oportunidades e serviços essenciais — educação, cultura, esporte, saúde e trabalho — capazes de mitigar causas estruturais da violência ao criar alternativas concretas e ampliar as capacidades individuais e coletivas, reduzindo a vulnerabilidade a grupos armados. O segundo eixo diz respeito à coordenação intersetorial e multinível, que exige a articulação entre políticas públicas locais, estaduais e nacionais, além de parcerias com organismos internacionais, para consolidar modelos de segurança humana e desenvolvimento

urbano que sejam sustentáveis e replicáveis. Essa coordenação é fundamental para transformar intervenções fragmentadas em políticas de Estado orientadas por evidências e por critérios de equidade territorial. Integrados, esses dois eixos oferecem um referencial consistente para enfrentar a violência em territórios como Santa Cruz (RJ), permitindo que instituições civis e militares atuem de maneira complementar na promoção de segurança cidadã, prevenção qualificada e desenvolvimento sustentável.

Esses eixos dialogam diretamente com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 16 (ODS 16) — “Paz, Justiça e Instituições Eficazes” —, que propõe fortalecer instituições inclusivas, garantir acesso à justiça e promover sociedades pacíficas. A adoção dessa perspectiva implica uma mudança de paradigma: daquilo que Achille Mbembe (2018) define como necropolítica para uma política da vida, centrada na promoção de direitos, na escuta ativa e na valorização do pertencimento comunitário.

Essa inflexão teórica encontra respaldo em autoras como Teresa Caldeira (2012) e Vera Telles (2010), que analisam a produção social do medo e a fragmentação dos espaços urbanos como expressões concretas das desigualdades brasileiras. Para elas, a violência é mais do que um fenômeno criminal: é um instrumento de regulação social e territorial, que reforça fronteiras simbólicas e materiais entre o “centro protegido” e as “periferias sacrificadas” — categorias que operacionalizam, na prática urbana, a lógica necropolítica descrita por Mbembe.

Compreender a violência como produto da desigualdade significa, portanto, repensar o papel do Estado: de agente predominantemente punitivo para mediador social, capaz de gerar segurança por meio da redistribuição de oportunidades, do reconhecimento cultural e da integração comunitária. Trata-se de uma transição fundamental da lógica da coerção para a da prevenção cidadã, entendendo a segurança não como um privilégio territorial, mas como um direito humano universal.

O bairro de Santa Cruz representa, nesse contexto, um laboratório privilegiado para essa reconstrução cidadã. Nele, convivem o abandono social e

uma presença simbólica do Estado — materializada no 1º Batalhão de Engenharia de Combate e na Base Aérea de Santa Cruz. Esses equipamentos, historicamente vinculados à defesa e ao controle, possuem o potencial singular de se transformarem em plataformas ativas de cidadania e cultura, articulando ações integradas de educação, lazer e desenvolvimento local. Converter esses espaços em territórios de vida e pertencimento constitui o desafio central que este policy brief se propõe a enfrentar.

Dessa forma, a segurança humana no Rio de Janeiro deve integrar de forma orgânica a infraestrutura, a prevenção e o reconhecimento cultural, elementos indispensáveis para reconstruir a confiança entre Estado e sociedade. Conforme observam Matto Grosso (2016) e Sampaio (2016), políticas públicas eficazes em territórios vulneráveis dependem intrinsecamente do protagonismo das comunidades e do reconhecimento da cultura como dimensão vital da segurança, articulando educação, pertencimento e desenvolvimento humano.

A intervenção federal de 2018 no Rio de Janeiro exemplifica os limites intrínsecos das abordagens puramente coercitivas. Embora 76% dos cariocas tenham apoiado a medida em seu início (Datafolha, 2018), a percepção de sua ineficácia cresceu rapidamente (Instituto Idea Big Data, 2018), revelando o esgotamento de estratégias baseadas exclusivamente no policiamento ostensivo. Esse contraste entre a expectativa inicial e a avaliação posterior da intervenção reforça a tese central deste documento: a de que a segurança duradoura não se sustenta sobre a força, mas sobre a construção coletiva de oportunidades e justiça social.

Esse deslocamento conceitual — do controle armado para o cuidado territorial — constitui a base metodológica deste policy brief, que compreende a segurança humana como pilar fundamental do desenvolvimento sustentável. No contexto do Rio de Janeiro, e particularmente em Santa Cruz, esse paradigma orienta a formulação de políticas públicas inovadoras, capazes de reconciliar o Estado com as comunidades, ampliando o alcance da cidadania e mitigando os efeitos da necropolítica sobre a vida urbana.

A violência urbana no Rio reflete a combinação perversa entre desigualdade estrutural, ausência de políticas preventivas e um modelo de segurança pública excessivamente centrado na coerção. As chamadas “megaoperações” – como a Operação Contenção, de novembro de 2025, que resultou em 115 mortes em um único dia (CNN Brasil, 2025) – revelam a persistência de um paradigma repressivo que gera mais vítimas do que resultados efetivos. A reação do governo federal, ao classificar a ação como “desastrosa” e determinar investigação independente (Agência Brasil, 2025), simboliza o reconhecimento de que o enfrentamento armado não constitui política pública, mas sintoma da falência de um modelo que opera sem mediação cidadã e inteligência estratégica.

Para Jacqueline de Oliveira Muniz (1999; 2018), o cerne da crise está na confusão entre ordem e controle, entre governar e punir. A autora argumenta que as polícias foram historicamente moldadas por uma “razão de guerra interna” – dirigida contra pobres, negros e periféricos –, o que perpetua uma “autolegitimação da violência como critério de eficiência”. Esse diagnóstico é confirmado pelos dados do Instituto de Segurança Pública (ISP-RJ, 2024), que apontam aumento de 18% na letalidade policial entre 2022 e 2024, mesmo diante de reiteradas recomendações da ONU e do STF pela redução do uso da força letal.

1.2. Milícias: Governo Paralelo e a Corrosão do Estado de Direito

Nas favelas e periferias, o controle armado deixa de ser exceção e se transforma em forma de governo, substituindo a política institucionalizada e convertendo o medo em linguagem cotidiana de autoridade. O Relatório Final da CPI das Milícias (ALERJ, 2008) já evidenciava que essa dinâmica produz zonas de governança híbrida, onde milicianos, agentes públicos e redes econômicas ilegais compartilham o exercício do poder, resultando na corrosão do Estado de Direito e na normalização da violência como regra. Entretanto, como ressalta Muniz (2018, p. 37), nenhum modelo de segurança pública se sustenta sem legitimidade social; quando a ação estatal opera apenas pela coerção, dissociada da confiança e da participação cidadã, ela reforça o ciclo de insegurança ao invés de interrompê-lo. Pesquisas do IPEA (2016) convergem nessa direção ao demonstrar que políticas efetivas exigem mecanismos institucionalizados de

coprodução da segurança, nos quais Estado e comunidades atuem de forma coordenada. Nessa perspectiva, a segurança deixa de ser monopólio de instituições armadas para ser tratada como bem público e direito coletivo, dependente de pactos de corresponsabilidade que reconstruam a confiança e ampliem a capacidade de governança local.

Essa transição de paradigma exige três movimentos fundamentais, que orientam as soluções propostas neste documento:

O primeiro movimento consiste em reconfigurar a resposta ao crime por meio de estratégias de prevenção territorial, com ênfase na inteligência de origem comunitária, no trabalho social e na mediação de conflitos. Essa abordagem pode ser ancorada na estrutura já existente da Prefeitura do Rio – notadamente por meio dos Gerentes Executivos locais, que atuam como elo entre o território e o poder público. A detecção precoce de situações de risco permite que o Estado acione os mecanismos adequados antes que o poder paralelo consolide sua influência, fortalecendo a confiança social e reduzindo a dependência de estruturas informais de segurança. Essa transformação exige investimentos coordenados em sistemas de dados, presença estatal contínua e, de forma crucial, na geração de oportunidades para os jovens – especialmente por meio de trabalho digno, formação técnica e inclusão produtiva –, condições fundamentais para romper o ciclo que associa vulnerabilidade econômica à violência.

O segundo movimento envolve institucionalizar a participação da comunidade na formulação, execução e monitoramento das políticas de segurança. Isso inclui a criação de espaços permanentes de escuta e diálogo – como conselhos locais, comitês intersetoriais e fóruns de bairro –, conforme recomendado pelo IPEA (2016), assegurando que a segurança pública seja construída de maneira colaborativa e verdadeiramente territorializada.

O terceiro movimento, complementar aos anteriores, refere-se à transformação da cultura institucional das forças de segurança e das Forças Armadas, reposicionando-as como agentes de integração social, educação cívica e promoção de direitos. Essa perspectiva está alinhada às diretrizes do UNODC (2022–2025) para a América Latina e o Caribe, que destacam a necessidade de

enfrentar o crime e a corrupção de forma integrada, valorizando o papel estratégico da sociedade civil, da mídia e dos jovens na construção de uma estabilidade sociopolítica e uma prosperidade econômica sustentáveis.

2. Diagnóstico Situacional de Santa Cruz: Entre a Vulnerabilidade Estrutural e o Potencial Transformador

A violência em Santa Cruz é a expressão concreta da reprodução histórica das desigualdades estruturais do Rio de Janeiro. Com baixos índices de bem-estar e oportunidades, alta vulnerabilidade juvenil e renda média reduzida, o território evidencia a crônica ausência de políticas públicas eficazes de inclusão social. Nesse vácuo, a expansão das milícias, descrita por Benmergui e Gonçalves (2019) como um “urbanismo informal”, consolida a substituição do Estado por formas privadas e coercitivas de gestão territorial. Dessa forma, a insegurança em Santa Cruz emerge menos como um fenômeno de ordem policial e mais como resultado direto de um processo sistemático de exclusão social, racial e territorial.

Como contraponto à lógica de controle armado e à fragilidade das políticas públicas nos territórios periféricos, o Plano Santa Cruz 2030 — documento construído coletivamente desde 2017 por organizações da sociedade civil, moradores e instituições privadas da Região Administrativa de Santa Cruz, Sepetiba e Paciência — apresenta uma estratégia de desenvolvimento sustentável orientada para fortalecer capacidades sociais, ampliar direitos e transformar o território em uma centralidade urbana da metrópole. Elaborado no âmbito do Programa Santa Cruz 2030, o Plano sintetiza diagnósticos participativos, dados socioeconômicos e propostas comunitárias para enfrentar desigualdades profundas que historicamente negam à população local o acesso pleno à cidadania. A partir desse diagnóstico, o documento estrutura sua intervenção em quatro eixos — cultura, educação, saúde e emprego & renda — entendendo que o enfrentamento da violência e da vulnerabilidade passa pela reconstrução do tecido social e pela geração de oportunidades concretas. Nesse marco, cultura e educação são tratadas como pilares estruturais da prevenção: o Plano prevê o mapeamento e o fortalecimento de coletivos culturais, a ampliação de equipamentos e ações artísticas, bem como a promoção de uma educação socioambiental, antirracista e antissexista que reforce o pertencimento territorial e valorize as identidades locais. Ao articular desenvolvimento humano, inclusão social e mobilização comunitária, o Plano Santa Cruz 2030 oferece um caminho estratégico para reduzir

desigualdades e construir condições duradouras de segurança cidadã na Zona Oeste do Rio.

Essas iniciativas, ao ampliarem horizontes e fortalecerem vínculos comunitários, apresentam alternativas concretas à violência e consolidam bases para uma cidadania ativa. Paralelamente, a ampliação de programas de qualificação profissional, o incentivo ao emprego local e as ações de saúde preventiva são compreendidos como pilares da dignidade humana e instrumentos de segurança cidadã, por atacarem as causas primárias da insegurança: a pobreza, a desconfiança institucional e a privação de direitos.

Essa concepção alinha-se integralmente ao paradigma da segurança cidadã proposto pelo PNUD (2024), que desloca o foco da defesa do Estado para a proteção integral das pessoas. Nessa abordagem, a segurança é definida não pela mera ausência de crime, mas pela presença de condições materiais e simbólicas para uma vida digna. Trata-se de uma transição de paradigma: da coerção para o cuidado territorial, da repressão para a prevenção qualificada e da fragmentação para a integração intersetorial. Inspirada pela visão multidimensional de Barry Buzan (2007), essa perspectiva reconhece que a segurança se desdobra nas dimensões política, social, econômica e ambiental, e compreende que não é possível edificar uma paz sustentável sem justiça social, acesso universal à educação, moradia, saúde e oportunidades reais de desenvolvimento.

2.1. Experiências Locais de Referência: Aprendizados do UPP+Social e do Territórios Sociais

Experiências locais anteriores, como os programas da Prefeitura do Rio, coordenados pelo Instituto Pereira Passos, UPP+Social e Territórios Sociais, oferecem aprendizados fundamentais sobre os acertos e limites das políticas que integram segurança e desenvolvimento. O UPP+Social, concebido em cooperação com o ONU-Habitat, representou um avanço conceitual ao buscar articular políticas sociais nos territórios onde as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) estavam presentes. No entanto, sua vinculação estrutural à lógica de ocupação policial tornou-o refém da flutuação dessas operações, comprometendo sua sustentabilidade e a construção de confiança comunitária a longo prazo.

Em contraste, a iniciativa Territórios Sociais, adota uma abordagem distinta e promissora, ancorada no mapeamento detalhado de vulnerabilidades e potencialidades locais. Por meio de diagnósticos participativos e metodologia baseada em evidências, o programa fornece subsídios para a formulação de políticas públicas intersetoriais precisas e contextualizadas. A aplicação dessa metodologia em Santa Cruz revela-se estratégica para orientar a implementação do Plano Santa Cruz 2030, assegurando que investimentos e intervenções sejam direcionados às reais necessidades e oportunidades do território.

As lições extraídas desses programas são claras: políticas de segurança duradouras não podem ser setoriais ou dependentes de contextos operacionais voláteis. Elas precisam, necessariamente, integrar as dimensões social, econômica e cultural. O diagnóstico territorial robusto é o alicerce, e a confiança da comunidade, o ativo mais valioso. Processos de escuta ativa e construção coletiva – princípios que norteiam o Plano Santa Cruz 2030 – transcendem a mera participação; eles são, em si mesmos, mecanismos de segurança, pois restauram o diálogo e a credibilidade entre o Estado e os cidadãos.

Dessa forma, a segurança cidadã consolida-se como o resultado direto do desenvolvimento humano e da coesão social. Esta visão está em sintonia com os princípios da Agenda 2030 e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), notadamente o ODS 8 (trabalho decente e crescimento econômico), o ODS 11 (cidades e comunidades sustentáveis) e o ODS 16 (paz, justiça e instituições eficazes).

2.2. Convergência para um Modelo Transformador: A Proposta Integrada para Santa Cruz

A proposta para Santa Cruz baseia-se, portanto, três pilares complementares: a base metodológica do Territórios Sociais, a agenda multidimensional do Plano Santa Cruz 2030 e o paradigma da segurança humana do PNUD. A convergência entre esses eixos aponta para a construção de um modelo de presença estatal transformadora, capaz de substituir a coerção pela cooperação, fortalecer o pertencimento comunitário e consolidar a segurança como um direito universal, e não como um privilégio territorial.

Trata-se, em última instância, de compreender que a segurança sustentável é indissociável do exercício pleno da cidadania. O desenvolvimento verdadeiramente sustentável só se efetiva quando o território é reconhecido e vivido como um espaço de vida, dignidade e participação social ativa.

Experiências como a UPP Social e o Programa Territórios Sociais ilustram de forma paradigmática os avanços e os desafios persistentes na integração entre segurança pública e desenvolvimento humano no Rio de Janeiro.

A UPP Social, concebida em 2010 a partir de uma cooperação entre a Prefeitura e o ONU-Habitat, buscou articular políticas sociais nos territórios ocupados por Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). Conforme análise de Joana Marie Girard Nunes (2013), o programa representou uma tentativa inovadora de construir uma presença estatal multidimensional, combinando segurança, urbanismo e políticas sociais. Contudo, sua efetividade foi limitada pela subordinação estrutural à lógica de ocupação policial e pela falta de uma governança intersetorial institucionalizada. A autora argumenta que, ao permanecer atrelada a uma “estrutura de exceção” centrada na segurança armada, a política pública manteve os moradores na condição de objetos da intervenção estatal, e não como sujeitos de direito, o que minou progressivamente a confiança nas instituições (NUNES, 2013, p. 148–151).

Em contraponto, o Programa Territórios Sociais, coordenado pelo Instituto Pereira Passos (IPP) em parceria com o ONU-Habitat, adota uma metodologia fundamentada no diagnóstico preciso de vulnerabilidades, na busca ativa e no planejamento territorial baseado em evidências. O programa atua sobre a dimensão social da segurança, reconhecendo a violência urbana como um fenômeno multifatorial, intrinsecamente ligado à exclusão, à informalidade e à desigualdade espacial. Dados do Relatório Sintético de 2020 atestam a eficácia da abordagem: o programa realizou mais de 139 mil visitas domiciliares e logrou reduzir em 92% o risco social das famílias acompanhadas, por meio da articulação integrada de políticas de saúde, assistência social, educação e trabalho (PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO; ONU-HABITAT, 2020).

A aplicação dessa metodologia ao território de Santa Cruz assume papel estratégico para a implementação do Plano Santa Cruz 2030, pois possibilita que as políticas públicas sejam orientadas por dados georreferenciados e processos genuinamente participativos, fortalecendo a governança local e otimizando a alocação de recursos. Como observa Nunes (2013), o diagnóstico territorial transcende sua função técnica para converter-se em um ato político de reconhecimento do território como sujeito – condição indispensável para a legitimação social das políticas de segurança e desenvolvimento.

Nesse processo, a comunicação comunitária e as expressões culturais locais assumem papel estratégico na reconstrução da confiança entre Estado e sociedade. Estudos como a tese de Pablo de Moura Nunes de Oliveira (2020) evidenciam que a ampliação da fala pública nas periferias é componente central da segurança cidadã, pois fortalece a capacidade dos moradores de influenciar agendas, denunciar violências e reivindicar direitos. As mídias periféricas — incluindo jornais locais, rádios comunitárias e plataformas digitais hiperlocais — funcionam como mediadoras simbólicas do território, ampliando a visibilidade de grupos historicamente silenciados e consolidando espaços públicos de participação. Ao produzir narrativas próprias, essas iniciativas contribuem para disputar sentidos sobre o território, reduzir assimetrias de informação e fortalecer redes de solidariedade, elementos essenciais para qualquer estratégia de prevenção da violência e de fortalecimento democrático.

Ao analisar experiências de comunicação hiperlocal no Rio de Janeiro, Oliveira evidencia que esses veículos contestam o monopólio do discurso institucional e ressignificam as narrativas sobre a violência, permitindo que os moradores “falem de si e por si”, em contraposição à visão externalizante que os reduz à condição de vítimas ou ameaças (NUNES DE OLIVEIRA, 2020, p. 205–210). Essa produção de visibilidade configura, portanto, uma forma de segurança simbólica e política, na medida em que cria espaços de reconhecimento e pertencimento, fundamentais para a consolidação de uma esfera pública verdadeiramente democrática e inclusiva.

O diálogo entre os achados de Joana Nunes (2013) e de Pablo Nunes de Oliveira (2020) evidencia que a segurança cidadã depende não apenas da

integração de políticas públicas, mas também da construção de relações comunicativas horizontais e baseadas em confiança mútua entre Estado e população. Ambos os autores convergem na premissa de que a escuta ativa e o reconhecimento das comunidades como coprodutoras das políticas são condições essenciais para que a presença estatal seja percebida como legítima, eficaz e transformadora. Essa perspectiva reforça que estratégias de segurança não podem se limitar a ações coercitivas ou unidirecionais; ao contrário, devem incorporar mecanismos permanentes de participação social, produção comunitária de conhecimento e pactuação de prioridades territoriais, fundamentais para a prevenção de conflitos e para o fortalecimento da governança democrática.

Dessa forma, a articulação entre a metodologia do Territórios Sociais, a agenda do Plano Santa Cruz 2030 e os princípios de segurança humana do PNUD delineia um modelo de governança territorial baseado na cooperação. Neste modelo, a segurança é compreendida como o resultado do desenvolvimento humano integral, da coesão social e da participação cidadã ativa.

3. O Potencial Estratégico das Forças Armadas em Projetos de Segurança Cidadã e Desenvolvimento

A consolidação da segurança cidadã não pressupõe a exclusão das Forças Armadas, mas demanda sua reorientação estratégica para finalidades de cooperação, desenvolvimento humano e proteção civil. Esse movimento alinha-se ao conceito de [segurança urbana do ONU-Habitat \(2016\)](#) e da Agenda 2030, que compreende a segurança como a proteção das pessoas – e não apenas do Estado – contra ameaças crônicas como pobreza, exclusão e vulnerabilidade social (ONU-HABITAT, 2020).

No contexto nacional, as Forças Armadas vêm acumulando experiência em ações que transcendem sua função tradicional, atuando em cenários de vulnerabilidade por meio de operações de caráter social, ambiental e logístico. Em Santa Cruz, essa vocação se materializa em iniciativas como o Projeto Rio Criança Cidadã (PRCC), sediado no 1º Batalhão de Engenharia de Combate, que promove palestras sobre empreendedorismo para jovens e mães, e na parceria com o coletivo Descubra Santa Cruz RJ, com o qual dialoga sobre ações culturais para a comunidade. Essas experiências locais revelam a capacidade das Forças Armadas de atuarem como espaços de formação cidadã, valorização cultural e fortalecimento do território.

Quando direcionada por princípios de cooperação e subsidiariedade, essa capacidade operacional converte-se em potencial estratégico para somar esforços a políticas públicas de desenvolvimento territorial, inclusão social e construção de resiliência comunitária, sem substituir o papel das instituições civis, mas atuando de forma complementar e coordenada.

Um dos exemplos mais emblemáticos e duradouros de atuação das Forças Armadas em contextos de vulnerabilidade é a Operação Carro-Pipa, instituída em 1998 e coordenada pelo Exército Brasileiro em parceria com o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. Como programa de assistência hídrica emergencial, garante o abastecimento de água potável a mais de 1,6 milhão de pessoas no semiárido nordestino, mobilizando cerca de 4,3 mil caminhões-pipa sob supervisão e logística militares (BRASIL, 2023).

Para além do fornecimento de água, a operação estruturou um sistema avançado de monitoramento territorial, com rastreamento por satélite, auditoria digital e participação social no acompanhamento das rotas. Esses mecanismos permitiram significativa redução de desperdícios e ganhos de eficiência distributiva. Conforme estudos do IPEA (2022), a atuação das Forças Armadas foi decisiva para assegurar a regularidade e a confiança no serviço em localidades remotas, funcionando como uma ponte institucional entre o Estado e comunidades historicamente isoladas – fortalecendo, assim, a resiliência local por meio de presença estatal qualificada.

Esse modelo de atuação logística e social em territórios vulneráveis oferece uma referência importante para iniciativas como o Projeto Santa Cruz Cidadã, na medida em que demonstra a capacidade militar de articular tecnologia, gestão e engajamento comunitário em prol de objetivos de desenvolvimento e segurança humana.

A consolidação da segurança cidadã não pressupõe a exclusão das Forças Armadas, mas exige sua reorientação estratégica para finalidades de cooperação, desenvolvimento humano e proteção civil. Trata-se de uma transição paradigmática alinhada ao conceito de segurança humana proposto pelo PNUD (1994) e reafirmado na Agenda 2030, o qual postula que a segurança deve ser entendida como a proteção das pessoas – e não apenas da soberania estatal – contra ameaças crônicas como a pobreza, a exclusão e a vulnerabilidade social (ONU-HABITAT, 2020).

No entanto, experiências como a Operação Carro-Pipa revelam desafios importantes para esse modelo de atuação. A persistência de um caráter emergencial e a insuficiência de soluções estruturais de infraestrutura hídrica indicam que o papel das Forças Armadas deve ser compreendido como complementar e transitório, necessariamente articulado a políticas civis permanentes – como o Programa Cisternas e os planos estaduais de segurança hídrica. Essa articulação é crucial para evitar que a atuação militar se torne um paliativo prolongado, em vez de um facilitador de transição para políticas públicas estruturantes.

Em Santa Cruz, essa premissa se aplica de forma análoga: o envolvimento das Forças Armadas em ações educativas, culturais e de geração de oportunidade – como as desenvolvidas pelo 1º BEC em parceria com o Projeto Rio Criança Cidadã e o coletivo Descubra Santa Cruz RJ – deve estar integrado a políticas municipais e estaduais de educação, cultura e desenvolvimento econômico, garantindo continuidade e escala beyond da presença militar. Dessa forma, evita-se a militarização das políticas sociais e fortalece-se uma governança compartilhada e sustentável.

Um marco mais recente e abrangente é a Operação Acolhida, lançada em 2018 em Roraima, que representa um avanço paradigmático na atuação militar brasileira em missões humanitárias. Desenvolvida em cooperação com agências da ONU — incluindo ACNUR, OIM e UNICEF — para enfrentar a crise migratória venezuelana, a operação é conduzida sob coordenação interministerial, tendo o Exército Brasileiro como executor logístico e gestor dos abrigos. Até 2024, mais de 430 mil migrantes e refugiados haviam sido acolhidos, com 105 mil interiorizados para outros estados (BRASIL, 2024).

Reconhecida pela Organização Internacional para as Migrações (OIM) como iniciativa singular de governança civil-militar, a Operação Acolhida demonstra a capacidade das Forças Armadas de atuar sob comando civil e em coordenação multilateral, alinhando eficiência logística a uma abordagem baseada em direitos humanos (OIM, 2025).

De forma complementar, as Operações Ágata, conduzidas desde 2011 no âmbito do Plano Estratégico de Fronteiras, ilustram a versatilidade da atuação militar integrada. Combinando vigilância e soberania com ações de saúde pública, educação ambiental e apoio comunitário em regiões fronteiriças, mobilizaram em 2022 mais de 5 mil militares e civis ao longo de 17 mil quilômetros de fronteira terrestre (BRASIL, 2022). Tais iniciativas reforçam o potencial das Forças Armadas como vetor de presença estatal multidimensional em territórios de baixa densidade institucional.

Esses exemplos nacionais — somados às experiências locais em Santa Cruz com o Projeto Rio Criança Cidadã e o coletivo Descubra Santa Cruz RJ — evidenciam a capacidade das Forças Armadas de atuar em sintonia com políticas públicas civis, desde que mantidos o comando civil, a temporalidade definida e a articulação com ações estruturais de longo prazo.

Estas experiências — desde a Operação Acolhida e as Operações Ágata até as iniciativas locais em Santa Cruz — demonstram que, quando orientadas por princípios de cooperação, subsidiariedade e temporalidade definida, as Forças Armadas podem contribuir de forma relevante para políticas de desenvolvimento territorial, inclusão social e construção de resiliência comunitária, sem prejuízo de suas atribuições constitucionais primárias.

No caso das Operações Ágata, por exemplo, a atuação vai além do patrulhamento, integrando campanhas de vacinação, atendimento médico-odontológico, atividades educativas em escolas rurais e ações culturais junto a populações ribeirinhas e indígenas. Soares e Carvalho (2019) destacam que esse modelo híbrido fortalece a segurança humana em regiões de fronteira, ampliando a presença do Estado em áreas marcadas por baixa densidade institucional e alta vulnerabilidade socioambiental.

Entre os impactos observados estão a ampliação do acesso a serviços básicos, a redução de doenças endêmicas e a construção de vínculos de confiança entre comunidades e Estado, além da maior integração operacional entre órgãos civis e militares. No entanto, os mesmos autores alertam para a necessidade de evitar a militarização da gestão social, preservando e fortalecendo o protagonismo das instituições civis e das lideranças locais. Esse equilíbrio é fundamental também para iniciativas como o Projeto Santa Cruz Cidadã, onde o envolvimento militar deve ser complementar, técnico e limitado no tempo, sempre subordinado a uma estratégia civil de desenvolvimento territorial e segurança cidadã. Coletivamente, essas experiências indicam que o potencial estratégico das Forças Armadas no Brasil reside em sua capacidade logística, disciplinar e territorial, particularmente em contextos de crise humanitária, desastre ambiental ou vulnerabilidade estrutural crônica. Sob a égide da segurança cidadã, o engajamento militar deve ocorrer de forma complementar e subordinada à

coordenação civil, articulando-se organicamente com as políticas públicas locais e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), notadamente:

- 1 ODS 6 (Água Potável e Saneamento) – por meio do apoio logístico a programas de abastecimento de água e saneamento básico em áreas críticas;
- 2 ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis) – pela contribuição à infraestrutura urbana e rural e à inclusão territorial;
- 3 ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes) – pela promoção da estabilidade institucional, do acesso a direitos e do fortalecimento da confiança social.

A literatura especializada em segurança humana e desenvolvimento (SOARES; CARVALHO, 2019; ONU-HABITAT, 2020; PNUD, 1994) enfatiza que uma presença estatal legítima e eficaz requer tanto capacidade de resposta rápida quanto sensibilidade social duradoura. Neste contexto, as Forças Armadas – quando adequadamente integradas a esse paradigma e atuando em parceria com organizações locais, como demonstram as experiências do 1º BEC em Santa Cruz – podem funcionar como vetores de um Estado ampliado, contribuindo para políticas de prevenção, mitigação de crises e reconstrução do tecido social, sem substituir o papel central das instituições civis.

Essa reorientação estratégica representa uma transformação profunda: converte o militarismo tradicional em um civismo ativo, transformando a presença armada em uma presença pública qualificada – uma presença que, acima de tudo, protege, coopera e desenvolve. Em Santa Cruz, essa transição se materializa na conversão de espaços militares em polos de educação, cultura e cidadania, fortalecendo os laços comunitários e criando alternativas concretas de reconhecimento social para a juventude.

Dessa forma, a segurança deixa de ser percebida como imposição e se consolida como um bem público compartilhado, construído coletivamente a partir da confiança, da solidariedade e da interdependência entre instituições e comunidades – tal como preconiza o paradigma da segurança cidadã que orienta este policy brief.

4. Projeto Santa Cruz Cidadã: implantação do piloto de segurança cidadã

O Projeto Santa Cruz Cidadã constitui uma iniciativa piloto de segurança cidadã no bairro de Santa Cruz, Zona Oeste do Rio de Janeiro, concebido para prevenir a violência mediante a integração entre desenvolvimento social, participação comunitária e cooperação institucional. Com orçamento de R\$ 800.000,00 integralmente financiado por recursos públicos, o projeto insere-se no Programa 6111 - Cooperação da Defesa para o Desenvolvimento Nacional (PPA 2024-2027), visando testar um modelo replicável de atuação territorial baseado na perspectiva da segurança humana.

O projeto encontra fundamento em sólidos marcos normativos e estratégicos que orientam sua concepção e implementação. O Estatuto da Metrópole (Lei nº 13.089/2015) respalda a gestão democrática do território e a função social da propriedade, legitimando a participação comunitária nas decisões do projeto. O Plano Santa Cruz 2030 oferece a base territorial para as intervenções, alinhando-as às demandas locais por cultura, educação, saúde e geração de trabalho e renda.

No âmbito internacional, o projeto opera como estratégia localizada para implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, com destaque para o ODS 8 (trabalho decente), ODS 11 (cidades sustentáveis) e ODS 16 (paz e instituições eficazes). A Nova Agenda Urbana (Habitat III, 2016) reforça o compromisso com cidades inclusivas e resilientes, enquanto a Declaração de Bogotá sobre Segurança Cidadã (2019) fornece diretrizes para prevenção territorial baseada em evidências e corresponsabilidade Estado-sociedade.

Os tratados internacionais de direitos humanos ratificados pelo Brasil - particularmente o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos e a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial - fundamentam o compromisso do projeto com a equidade

de gênero e raça, priorizando o atendimento a jovens negros, mulheres e populações periféricas historicamente vulnerabilizadas.

Esses marcos conferem legitimidade jurídica e política à iniciativa, assegurando que as ações desenvolvidas estejam alinhadas com princípios de justiça social, prevenção estrutural da violência e fortalecimento comunitário. Ao articular instrumentos locais, nacionais e internacionais desde sua concepção, o Projeto Santa Cruz Cidadã posiciona-se como política pública inovadora e potencial modelo replicável para segurança cidadã em territórios periféricos.

4.1. Público-Alvo e Abrangência Territorial

O projeto terá como público-alvo direto 500 jovens entre 16 e 29 anos, moradores de Santa Cruz e estudantes de escolas públicas, selecionados mediante critérios que combinem desempenho acadêmico e vulnerabilidade socioeconômica. Em alinhamento à perspectiva interseccional que fundamenta esta proposta, o processo seletivo priorizará jovens negros, mulheres, pessoas LGBTQIA+ e residentes de áreas sob maior influência de milícias - grupos que vivenciam sobreposições de discriminação e exclusão no território.

Como público indireto, estima-se o alcance de aproximadamente 2.000 familiares diretos dos jovens participantes, com atenção especial às famílias chefiadas por mulheres negras, que enfrentam dupla vulnerabilidade racial e de gênero no acesso a direitos e oportunidades.

A abrangência territorial concentrar-se-á na área de influência do 1º Batalhão de Engenharia de Combate e da Base Aérea de Santa Cruz, aproveitando a infraestrutura militar existente. Esta opção considera que tais áreas apresentam os mais críticos indicadores intersetoriais de exclusão, combinando alta vulnerabilidade social, precariedade de serviços públicos e concentração de populações historicamente marginalizadas. A estratégia permite direcionar recursos e ações precisamente para onde as interseccionalidades entre raça, classe, gênero e território produzem os mais graves efeitos de exclusão e violência estrutural.

4.2. Modelo de Governança e Gestão

O Projeto Santa Cruz Cidadã adotará uma estrutura de governança tripartite que integra, de forma equilibrada, o Ministério da Defesa como principal financiador e coordenador estratégico (70% dos recursos), a Prefeitura do Rio de Janeiro como articuladora local (30% dos recursos) e o ONU-Habitat como provedor de metodologia e monitoramento dos ODS. Esta configuração foi desenhada para conjugar as capacidades institucionais específicas de cada ator: as Forças Armadas aportam infraestrutura, logística e continuidade operacional; o governo municipal garante a interface com as políticas públicas locais e o conhecimento do território; e o organismo internacional contribui com abordagens validadas globalmente em segurança cidadã e sistemas transparentes de avaliação.

Complementando esta estrutura institucional, um Conselho Comunitário composto por 20 representantes eleitos - incluindo jovens, mulheres, lideranças comunitárias, coletivos culturais e movimentos sociais - assegurará a participação popular nas decisões e o controle social sobre a execução. Esta instância garante que as intervenções reflitam as necessidades reais da população e previne a militarização das políticas sociais, mantendo o caráter civil e democrático da iniciativa.

O modelo assegura ainda a governança compartilhada por meio de comitês técnicos intersetoriais que integrarão representantes das três esferas institucionais com membros do Conselho Comunitário, garantindo que as decisões técnicas incorporem o conhecimento local e as políticas públicas mantenham sintonia com as diretrizes nacionais e internacionais.

Os cinco eixos operacionais do Projeto Santa Cruz Cidadã foram organizados de modo a responder simultaneamente às causas estruturais da violência e às demandas históricas do território, articulando ampliação de oportunidades, fortalecimento comunitário e institucionalização de práticas de governança democrática. Cada eixo contribui de maneira específica e complementar para o objetivo central do projeto, que é expandir as capacidades sociais, econômicas e culturais da população de Santa Cruz, reduzindo a

vulnerabilidade juvenil, ampliando o acesso a direitos e consolidando formas de segurança cidadã baseadas em participação, prevenção e integração territorial.

O Eixo 1 – Oportunidades e Turismo Sustentável: potencializará os roteiros turísticos existentes na região, integrando o patrimônio cultural e histórico de Santa Cruz – incluindo o 1º Batalhão de Engenharia de Combate, a Base Aérea, o hangar de zepelim e o projeto Solário Carioca – em circuitos temáticos estruturados. Por meio de cursos técnicos em guiamento turístico (200 horas), capacitação em línguas (inglês e espanhol básicos) e qualificação profissional em serviços turísticos (hospitalidade, atendimento ao cliente e gestão de pequenos negócios), em parceria com empresas do Distrito Industrial e operadoras de turismo locais, o eixo oferece alternativas concretas de inserção laboral para jovens que enfrentam barreiras no acesso ao emprego formal.

Serão desenvolvidos e potencializados quatro roteiros turísticos temáticos: Rota Histórico-Militar, Rota do Patrimônio Industrial, Rota Ambiental (com visita ao projeto Solário Carioca) e Rota Cultural Comunitária. Cada rota contará com sinalização interpretativa melhorada, material de apoio atualizado e capacitação específica para os jovens condutores, promovendo a valorização da memória territorial e novas oportunidades de geração de renda a partir do turismo local existente.

A seleção priorizará 120 jovens entre 15 e 29 anos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, com reserva de vagas para mulheres (40%), população negra (70%), LGBTQIA+ (10%) e jovens chefes de família (20%). A meta é alcançar 85% de inserção no mercado de trabalho relacionado ao turismo ou setores afins, além de fomentar pelo menos 15 iniciativas empreendedoras no segmento de turismo comunitário até o final do projeto.

O Eixo 2 – Educação e Tecnologia enfrenta as desigualdades digitais e educacionais que aprofundam a vulnerabilidade juvenil no território, articulando formação tecnológica com as oportunidades do Distrito Industrial de Santa Cruz. Por meio da implantação do Centro Digital com 80 computadores, da oferta de cursos de programação (lógica, Python, desenvolvimento web) e oficinas de

robótica e automação industrial, o eixo busca desenvolver competências técnicas alinhadas às demandas do parque industrial local.

O programa “Militar-Tutor” constitui uma inovação metodológica central neste eixo. Baseado em princípios de mentoria individualizada, o programa mobiliza militares da ativa e da reserva – previamente capacitados em pedagogia social e mediação de conflitos – para acompanhar 150 jovens identificados com dificuldades de aprendizagem e risco de evasão escolar. Os tutores atuarão em três frentes: acompanhamento pedagógico (reforço escolar e planejamento de estudos), orientação cívica (valores de disciplina, trabalho em equipe e responsabilidade) e projetos de vida (elaboração de planos de carreira e continuidade educacional). A metodologia combina encontros semanais individuais, atividades em grupo e visitas a instituições militares e academias, criando vínculos positivos e ampliando os referenciais de autoridade para além das dinâmicas criminais presentes no território.

As oficinas de robótica e automação foram desenhadas em parceria com empresas do Distrito Industrial, incorporando conteúdos práticos sobre sistemas automatizados, controle de processos e operação de equipamentos robóticos utilizados nas linhas de produção locais. Esta articulação direta com o setor produtivo garante que a formação tenha aplicação imediata e aumente a empregabilidade dos jovens no polo industrial da região.

O repertório formativo do eixo integra competências técnicas (alfabetização digital, programação, robótica industrial), socioemocionais (comunicação, resolução de problemas, trabalho em equipe) e cívicas (participação social, ética e cidadania digital). Esta abordagem multidimensional visa não apenas a qualificação técnica, mas a formação integral dos jovens como estratégia de prevenção à violência e promoção de trajetórias de vida positivas.

A seleção priorizará 200 jovens entre 16 e 24 anos, sendo 60% mulheres negras, 15% pessoas com deficiência e 25% jovens em situação de distorção idade-série. As metas incluem redução de 30% no abandono escolar entre participantes, 70% de conclusão dos cursos técnicos oferecidos, e 50% dos

formados inseridos em estágios ou empregos no Distrito Industrial e empresas de tecnologia da região.

O Eixo 3 – Cultura e Esporte consolida a cultura, a arte e a atividade física como políticas públicas estruturantes de prevenção à violência. A adaptação de galpões do 1º BEC para espaços culturais polivalentes incluirá a instalação de salas de coworking para coletivos e ONGs locais, solucionando uma barreira crítica para estas organizações: a carência de sede física que frequentemente as impede de participar de editais e acessar recursos institucionais. Esses espaços compartilhados facilitarão a formalização, a capacitação em projetos e o fortalecimento institucional das entidades comunitárias.

Serão implementadas escolinhas esportivas em oito modalidades – futebol, vôlei, basquete, judô, capoeira, natação, atletismo e ginástica artística – selecionadas pelo Comitê Comunitário considerando a tradição local, potencial de inclusão e infraestrutura disponível. Paralelamente, o eixo fomentará coletivos culturais para desenvolvimento de atividades como produção audiovisual, grafite, teatro comunitário, música e dança, com equipamentos e recursos materiais fornecidos pelo projeto.

A acessibilidade física e comunicacional será garantida em todas as instalações e atividades, assegurando a participação de pessoas com deficiência – ainda que os dados municipais sobre este público sejam limitados, o projeto adotará o desenho universal como princípio orientador.

Os critérios interseccionais para participação priorizarão coletivos e jovens liderados por mulheres, população negra, LGBTQIA+ e moradores de áreas com baixa oferta cultural e esportiva, reforçando o compromisso com a equidade territorial. Esta abordagem reconhece que espaços de convivência, expressão e pertencimento reduzem diretamente a exposição de jovens a dinâmicas de violência e fortalecem os vínculos comunitários como antídoto à fragmentação social.

O Eixo 4 – Engajamento e Segurança Cidadã constitui o núcleo político do projeto, promovendo a institucionalização de canais permanentes de participação entre Estado e comunidade. O Sistema de Alerta Comunitário será uma

plataforma digital de monitoramento colaborativo que permitirá aos moradores registrar situações de risco, violações de direitos e demandas por serviços públicos, com encaminhamento automático aos órgãos responsáveis e transparência no acompanhamento das respostas.

O Fórum Permanente de Segurança Cidadã, reunindo-se mensalmente, funcionará como instância deliberativa para debate de políticas locais de segurança. Com participação paritária entre poder público e sociedade civil, o fórum terá poder de proposição e acompanhamento das ações de segurança no território, assegurando que as operações policiais respeitem os protocolos de direitos humanos e priorizem a proteção da população civil.

Estes mecanismos fortalecem a resolução preventiva de conflitos através de:

- Mediação comunitária de disputas locais antes que escalem para violência
- Prevenção de tensões territoriais entre grupos armados
- Articulação rápida entre lideranças comunitárias e autoridades para desescalar crises
- Ações integradas de assistência social em situações de vulnerabilidade aguda

Os mutirões comunitários bimestrais mobilizarão moradores, poder público e Forças Armadas para recuperação de praças, limpeza de áreas degradadas e revitalização de equipamentos públicos, reforçando a corresponsabilidade sobre o território e consolidando práticas coletivas de cuidado urbano. A composição destes espaços seguirá critérios de representatividade, incluindo juventudes, mulheres, lideranças comunitárias, coletivos culturais, movimentos sociais e associações de moradores, garantindo que as vozes historicamente excluídas tenham peso decisório na construção da segurança cidadã.

Por fim, o Eixo 5 – Sustentabilidade e Monitoramento garante que o projeto produza impactos duradouros, aprendizados institucionais e bases sólidas para replicação. Este eixo opera através de três componentes principais:

O Observatório Territorial constitui uma unidade técnica permanente que realizará coleta sistemática de dados socioeconômicos, de segurança e participação social através de pesquisas domiciliares trimestrais, painéis de indicadores e grupos focais. A plataforma digital integrará informações dos cinco eixos, permitindo avaliações contínuas e ajustes de rota baseados em evidências - como realocação de recursos entre atividades, reformulação de metodologias com baixa adesão e focalização de ações em áreas de maior vulnerabilidade identificadas pelos dados.

O sistema de certificação profissional, desenvolvido em parceria com o Ministério do Trabalho, assegurará o reconhecimento formal das qualificações oferecidas. O sistema incluirá: certificados com validade nacional, registro no Sistema Nacional de Informações Profissionais, articulação com o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos e validação de competências adquiridas em contextos não-formais, facilitando significativamente a inserção dos participantes no mercado formal.

A rede de multiplicadores comunitários, composta por 50 lideranças locais capacitadas em gestão de projetos e monitoramento participativo, atuará como agente de sustentabilidade das ações após o término do projeto, facilitador da participação comunitária e elo permanente entre comunidade e poder público.

Em conjunto, esses cinco eixos articulam políticas de educação, cultura, trabalho, participação e monitoramento, compondo uma estratégia integrada que responde às vulnerabilidades específicas de Santa Cruz e fortalece capacidades sociais e institucionais para a construção de uma segurança cidadã efetiva, sustentável e territorialmente enraizada.

4.3. Cronograma Executivo e Metas Físicas

A implementação do Projeto Santa Cruz Cidadã ocorrerá ao longo de 12 meses, divididos em três fases estratégicas com metas físicas claramente definidas:

Fase 1 - Estruturação (Meses 1-3)

Nos primeiros três meses, o projeto dedicar-se-á à estruturação

institucional e preparação da infraestrutura. Esta fase inclui a instalação do Centro Digital com 80 computadores equipados com softwares especializados, a adaptação de dois galpões do 1º BEC para atividades culturais e esportivas, e a realização do processo seletivo para os 500 jovens participantes através de edital público. Paralelamente, 30 militares serão capacitados na metodologia do programa "Militar-Tutor", focada em mentoria individual e desenvolvimento de projetos de vida. Como produtos concretos, serão elaborados o edital de seleção, a matriz de monitoramento e os planos de aula detalhados para todas as atividades formativas.

Fase 2 - Operacionalização (Meses 4-9)

A fase de operacionalização concentrará a execução das atividades formativas e comunitárias em ritmo pleno. Serão realizadas 8 turmas de programação (200 horas cada), 4 turmas de guiamento turístico (180 horas) e 6 turmas de robótica (120 horas), todas com metodologia prática baseada em projetos reais. O programa Militar-Tutor funcionará através de encontros semanais individuais e em grupo, complementados por visitas técnicas mensais às empresas do Distrito Industrial. As atividades culturais incluirão 16 oficinas artísticas regulares e 8 eventos comunitários mensais, enquanto as escolinhas esportivas atenderão 400 jovens semestralmente em 8 modalidades diferentes. Os produtos desta fase incluem certificados parciais, portfólio de projetos desenvolvidos pelos jovens e relatórios bimestrais de acompanhamento.

Fase 3 - Consolidação (Meses 10-12)

A fase final focará na consolidação dos resultados e sustentabilidade do projeto. Serão capacitados 50 multiplicadores comunitários para dar continuidade às atividades, elaborado manual operacional com metodologias validadas e emitidos 400 certificados profissionais pelo Ministério do Trabalho. Os quatro roteiros turísticos serão implementados com sinalização completa e material de apoio, e o Observatório Territorial produzirá sua primeira base de dados aberta. Como produtos finais, o projeto entregará relatório completo de impacto, proposta de replicação para outros territórios e sistematização de todas as metodologias desenvolvidas.

Metas Físicas Consolidadas:

- 500 jovens capacitados em cursos técnicos
- 85% de taxa de conclusão dos cursos
- 70% de inserção no mercado de trabalho ou continuidade educacional
- 15 iniciativas empreendedoras apoiadas
- 4 roteiros turísticos em operação
- 50 multiplicadores comunitários formados
- 1 sistema de monitoramento implementado

Esta estrutura assegura que todas as atividades sejam mensuráveis e interconectadas, com entregas concretas em cada fase que permitam o acompanhamento sistemático dos resultados e impactos do projeto, garantindo transparência e possibilitando ajustes necessários durante a execução.

4.4. Sistema de Avaliação e Monitoramento

O sistema de monitoramento incorporará indicadores de processo (execução orçamentária, frequência mensal), de resultado (inserção laboral, redução de evasão escolar, aumento da participação comunitária) e de impacto (melhoria do Índice de Progresso Social, redução de violência letal). A avaliação ocorrerá em ciclos mensais, trimestrais e semestrais, respectivamente.

A sustentabilidade do Projeto Santa Cruz Cidadã será garantida por meio de uma estratégia multidimensional que assegura a continuidade dos impactos positivos após o término do financiamento inicial:

A certificação profissional formal, emitida em parceria com o Ministério do Trabalho e o Ministério da Educação, garantirá que as qualificações obtidas pelos jovens tenham reconhecimento nacional e permaneçam válidas para acesso ao mercado formal de trabalho, independentemente da continuidade do projeto.

A rede de multiplicadores locais, composta por 50 lideranças comunitárias capacitadas em gestão de projetos, mobilização social e captação de recursos, atuará como força permanente de sustentação das atividades, garantindo que o conhecimento e as metodologias permaneçam no território.

A incorporação das metodologias ao Plano Municipal de Segurança Cidadã assegurará a institucionalização das práticas bem-sucedidas, transformando-as em política pública permanente com dotação orçamentária regular da prefeitura.

A articulação com programas federais existentes, como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), o Programa Forças no Esporte (PROFESP) e iniciativas do Ministério do Turismo, criará fluxos contínuos de recursos e apoio institucional, evitando a descontinuidade comum em projetos pilotos.

A manutenção da infraestrutura criada como patrimônio comunitário será garantida através de termo de compromisso firmado entre o Ministério da Defesa, a Prefeitura do Rio e as associações comunitárias, estabelecendo que os espaços adaptados no 1º BEC e os equipamentos do Centro Digital se tornem patrimônio da comunidade, com gestão compartilhada e manutenção financiada por editais públicos, parcerias com o setor privado e recursos do orçamento participativo.

Esta estratégia integrada cria um ecossistema de sustentabilidade que combina formalização institucional, capacitação local, articulação com políticas públicas existentes e garantia de infraestrutura permanente, assegurando que os investimentos realizados gerem benefícios duradouros para a comunidade de Santa Cruz.

4.5. Alocação Orçamentária

A distribuição orçamentária preverá R\$ 240.000,00 (30%) para despesas com pessoal, R\$ 200.000,00 (25%) para equipamentos e infraestrutura, R\$ 120.000,00 (15%) para materiais e consumíveis, R\$ 160.000,00 (20%) para serviços de terceiros, R\$ 64.000,00 (8%) para bolsas e auxílios, e R\$ 16.000,00 (2%) para imprevistos.

4.6. Resultados Esperados e Impactos

Entre os resultados esperados, destacar-se-ão a capacitação profissional de 500 jovens, geração de 120 oportunidades de emprego e renda, implementação de quatro roteiros turísticos operacionais, apoio a 30 iniciativas empreendedoras, e

alcance de 85% de satisfação comunitária. A meta de execução orçamentária estabelecida será de 70%, conforme diretrizes do PPA 2024-2027.

4.7.Estratégia de Replicabilidade

O projeto será concebido como protótipo replicável, com documentação metodológica completa em manual operacional, sistema de formação de multiplicadores e modelo de governança adaptável a diferentes contextos territoriais. A articulação com o Programa 6111 do Ministério da Defesa assegurará a possibilidade de expansão para outras regiões metropolitanas brasileiras enfrentando desafios similares de vulnerabilidade social e violência urbana.

Esta proposta representará uma inovação paradigmática nas políticas de segurança pública, posicionando o investimento em desenvolvimento humano e oportunidades socioeconômicas como estratégia central para construção de territórios resilientes, pacíficos e socialmente justos.

5. Implicações políticas

Os eventos de 8 de janeiro de 2023 marcaram um ponto de inflexão crítico nas relações entre segurança nacional e democracia no Brasil. A instrumentalização de símbolos nacionais e da agenda de defesa por grupos extremistas revelou a premência de ressignificar o papel constitucional das Forças Armadas. O Projeto Santa Cruz Cidadã apresenta-se como resposta estruturante a esta distorção, reposicionando as instituições militares como promotoras de cidadania ativa e desenvolvimento territorial inclusivo. Neste contexto, abre-se oportunidade histórica para avançar uma agenda progressista de segurança pública que conjugue efetividade na redução da violência com irrestrito compromisso com os direitos humanos.

Em um cenário de ascensão global de narrativas extremistas, que exploram o medo e a discriminação como plataforma política, a iniciativa em Santa Cruz oferece alternativa baseada na inclusão socioproductiva e valorização da diversidade. Ao enfrentar as causas estruturais da violência – desigualdade, exclusão territorial e privação de oportunidades – o projeto desmonta visões simplificadas que criminalizam grupos vulneráveis. Sua abordagem intersetorial, integrando educação, cultura, esporte e geração de renda, demonstra que a segurança sustentável constrói-se mediante o fortalecimento do capital social, nunca pela via autoritária. O engajamento das Forças Armadas nesta construção afasta o risco de intervencionismo político e reafirma seu papel como garantidoras da soberania popular.

A iniciativa supera o paradigma tradicional de segurança estatal ao instituir um modelo de governança compartilhada baseado em cinco dimensões de corresponsabilidade cidadã:

- Participação deliberativa nos conselhos comunitários e fóruns de segurança.
- Vigilância social das políticas públicas e accountability das instituições.
- Cooperação institucional a partir de postura construtiva e co-productiva.
- Educação cívica para a transmissão intergeracional de valores democráticos.
- Inclusão ativa no combate a todas as formas de discriminação territorial

Esta redefinição de responsabilidades não isenta o Estado de suas obrigações, antes reconhece a segurança como bem público que exige engajamento societal. Dessa forma, o projeto atua simultaneamente na implementação de políticas concretas e na reconstrução do pacto social, configurando-se como protótipo de um paradigma democrático de segurança capaz de enfrentar conjuntamente a violência criminal e a ameaça do extremismo político.

6. Conclusão

Santa Cruz sintetiza as profundas contradições do desenvolvimento urbano brasileiro: um território que reúne patrimônio histórico estratégico, infraestrutura militar ociosa e potencial turístico inexplorado, mas convive com índices críticos de desenvolvimento humano, onde 57,8% da população negra enfrenta dupla marginalização - racial e territorial. Os dados do Índice de Progresso Social (59,84) e da renda per capita (R\$ 532) não representam apenas números, mas a materialização de um processo histórico de exclusão que alimenta ciclos de violência e favorece a expansão de poderes paralelos.

O Projeto Santa Cruz Cidadã emerge como resposta urgente a esta realidade, demonstrando que é possível converter vulnerabilidade em potencialidade através de uma abordagem multidimensional que articula desenvolvimento social, participação comunitária e cooperação institucional. A iniciativa representa mais que um projeto local - configura-se como laboratório de um novo paradigma de segurança democrática, capaz de enfrentar tanto a violência criminal quanto a ameaça do extremismo político.

Os impactos esperados - desde a transformação na vida de 500 jovens até a geração de 120 oportunidades de emprego e a implementação de 4 roteiros turísticos sustentáveis - evidenciam o potencial transformador de políticas públicas que priorizam a prevenção estrutural sobre a resposta coercitiva. A estratégia de replicabilidade, com documentação metodológica detalhada e formação de multiplicadores comunitários, assegura que os aprendizados possam ser adaptados a outros territórios vulneráveis.

O alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, particularmente ODS 8 (trabalho decente), ODS 11 (cidades sustentáveis) e ODS 16 (paz e instituições eficazes), reforça a contribuição da proposta para agendas estratégicas nacionais e internacionais. A ressignificação do papel das Forças Armadas como agentes de desenvolvimento social, longe de militarizar a gestão pública, fortalece o vínculo entre Estado e sociedade e oferece antídoto contra a instrumentalização política da agenda de defesa.

A janela de oportunidade está aberta. Com base nas evidências apresentadas e na exequibilidade comprovada da proposta, urge a implementação imediata do projeto como política de Estado, capaz de edificar a paz não pela coerção, mas pela ampliação sistemática de direitos e oportunidades. As recomendações que se seguem detalham os caminhos concretos para transformar esta visão em realidade, assegurando que Santa Cruz possa se tornar, efetivamente, um território de cidadania plena e desenvolvimento sustentável.

7. Recomendações

- Estabelecer Comitê Gestor Tripartite: O Ministério da Defesa, em coordenação com a Casa Civil da Presidência, deve constituir até 60 dias um comitê gestor com representantes do governo federal, municipal e do ONU-Habitat, alocando recursos humanos especializados e realizando reuniões trimestrais para monitorar a implementação, assegurando alinhamento estratégico e resolvendo entraves burocráticos.
- Implementar Sistema de Monitoramento & Avaliação: O ONU-Habitat, com suporte técnico do IPP, deve estruturar em 90 dias um sistema de M&A com indicadores quantitativos e qualitativos, utilizando a plataforma do Observatório Territorial para coleta contínua de dados, beneficiando gestores e comunidade com transparência e avaliação de impacto.
- Capacitar Multiplicadores Comunitários: A Prefeitura do Rio, em parceria com o Ministério da Cidadania e o ONU-Habitat, deve selecionar e capacitar em 120 dias 50 lideranças locais em gestão de projetos e

captação de recursos, com orçamento de R\$ 150 mil do Fundo Municipal de Segurança Cidadã, fortalecendo a sustentabilidade das ações.

- Estruturar Programa de Certificação Profissional: O Ministério do Trabalho, articulando-se com o Ministério do Turismo e empresas do Distrito Industrial, deve formalizar em 90 dias um sistema de certificação profissional reconhecido nacionalmente, beneficiando 500 jovens com maior empregabilidade e conexão direta com o mercado de trabalho.
- Garantir Infraestrutura Permanente: O Ministério da Defesa, mediante termo de compromisso com a Prefeitura e associações comunitárias, deve transformar em 60 dias os espaços adaptados no 1º BEC em patrimônio comunitário, com manutenção assegurada por recursos do orçamento participativo e parcerias com o setor privado.
- Fortalecer Articulação Interfederativa: A Casa Civil da Presidência deve instituir em 30 dias mesa técnica permanente para harmonizar as agendas dos ministérios envolvidos, convocando reuniões bimestrais e designando pontos focais em cada pasta, assegurando coerência às ações e otimizando recursos públicos.

8. Referências bibliográficas

202012 Relatorio Sintetico 2025. Territórios Sociais – PCRJ. Disponível em: <https://territoriossociais-pcrj.hub.arcgis.com/documents/PCRJ::202012-relatorio-sintetico-2025/about>. Acesso em: 05 nov. 2025.

5b para o Exército. ICL Notícias. Disponível em: <https://iclnoticias.com.br/projeto-verba-bilionaria-para-militares-avanca/>. Acesso em: 05 nov. 2025.

AEDIN. Site institucional. Disponível em: <https://aedin.com.br/>. Acesso em: 05 nov. 2025.

ATLAS DA VIOLÊNCIA. IPEA. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/items/9c6ee39b-786c-4c7c-97ce-a4a464d4ce7b>. Acesso em: 05 nov. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde Brasil 2020/2021 – uma análise da situação da saúde e da qualidade da informação. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/vigilancia/saude_brasil_2020_2021_situacao_saude_web.pdf/view. Acesso em: 05 nov. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Guia para elaboração de projetos sociais. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/guia-para-elaboracao-de-projetos-sociais.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2025.

BRASIL. Ministério do Planejamento. Plano Plurianual 2024–2027 (Lei do PPA). Disponível em:

<https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/planejamento/plano-plurianual/paginas/paginas-ppa-2024-2027/lei-do-ppa>. Acesso em: 05 nov. 2025.

BRASIL. Ministério do Planejamento. Plano Plurianual 2024–2027: Revisão 2025 – Anexo II. Disponível em: <https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/planejamento/plano-plurianual/arquivos/lei-do-ppa-2024-2027/revisao-ppa-2025/anexo-ii-final.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2025

CAROLINA Pessôa. Organizações da sociedade civil repudiam operação no Rio de Janeiro. Radioagência Nacional, 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/seguranca/audio/2025-10/organizacoes-da-sociedade-civil-repudiam-operacao-no-rio-de-janeiro>. Acesso em: 11 nov. 2025.

CNN Brasil. Governo do Rio divulga lista com nomes de 115 mortos em megaoperação. Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/sudeste/rj/governo-do-rio-divulga-lista-com-nomes-de-115-mortos-em-megaoperacao/>. Acesso em: 01 dez. 2025.

CNN Brasil. O que sabemos e o que falta saber sobre a ação policial mais letal do RJ. Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/sudeste/rj/o-que-sabemos-e-o-que-falta-saber-sobre-a-acao-policial-mais-letal-do-rj/>. Acesso em: 01 dez. 2025.

CNN Brasil. RJ: tiroteio entre milicianos na Zona Oeste causa capotamento e uma morte. Rio de Janeiro, 2025. Disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/sudeste/rj/rj-tiroteio-entre-milicianos-na-zona-oeste-causa-capotamento-e-uma-morte/>. Acesso em: 01 dez. 2025.

CNN Brasil. Sete suspeitos de integrar milícia são presos durante churrasco. Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/sudeste/rj/rj-sete-suspeitos-de-integrar-milicia-sao-presos-durante-churrasco/>. Acesso em: 01 dez. 2025

TERRITÓRIOS SOCIAIS. Relatório Sintético 2025. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://territoriosociais-pcrj.hub.arcgis.com/documents/PCRJ::202012-relatorio-sintetico-2025/about>. Acesso em: 06 nov. 2025.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Mapeamento da Indústria Criativa no Brasil 2022. Rio de Janeiro: FIRJAN, 2022. Disponível em: <https://casafirjan.com.br/sites/default/files/2022-07/Mapeamento%20da%20Ind%C3%BAstria%20Criativa%20no%20Brasil%202022.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2025.

FIRJAN. Mapeamento da Indústria Criativa no Brasil 2022. Disponível em: <https://casafirjan.com.br/sites/default/files/2022-07/Mapeamento%20da%20Ind%C3%BAstria%20Criativa%20no%20Brasil%202022.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2025.

G1. Confronto e prisões em Santa Cruz. Rio de Janeiro, 15 out. 2025. Disponível em:

<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2025/10/15/presos-em-santa-cruz.gh>
tml. Acesso em: 01 dez. 2025.

G1. Suspeitos de integrar a milícia são presos na Zona Oeste do Rio. Rio de Janeiro, 21 jan. 2025. Disponível em:
<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2025/01/21/suspeitos-de-integrar-a-milicia-sao-presos-na-zona-oeste-do-rio.gh>tml. Acesso em: 01 dez. 2025.

G1. Tiroteio entre milicianos rivais na Zona Oeste do Rio. Rio de Janeiro, 21 out. 2025. Disponível em:
<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2025/10/21/tiroteio-entre-milicianos-rivais-na-zona-oeste-do-rio.gh>tml. Acesso em: 01 dez. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Atlas da Violência 2024. Brasília, 2024. Disponível em:
<https://repositorio.ipea.gov.br/items/9c6ee39b-786c-4c7c-97ce-a4a464d4ce7b>.
Acesso em: 05 nov. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Atlas da Violência: Brasil registrou 45.747 homicídios em 2023, menor taxa em 11 anos, mas violência contra crianças ainda preocupa. 2024. Disponível em:
<https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/15781-atlas-da-violencia-brasil-registrou-45-747-homicidios-em-2023-menor-taxa-em-11-anos-mas-violencia-contra-criancas-ainda-preocupa>. Acesso em: 05 nov. 2025.

Instituto de Segurança Pública — Governo do Estado do Rio de Janeiro. Segurança em Números 2024. Disponível em: <https://www.rj.gov.br/isp/node/824>. Acesso em: 05 nov. 2025.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION. Operação Acolhida — Documento de Referência. 2025. Disponível em: <https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbd11496/files/documents/2025-11/7-operacao-acolhida.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2025.

IPEA. Atlas da Violência: Brasil registrou 45.747 homicídios em 2023, menor taxa em 11 anos, mas violência contra crianças ainda preocupa. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/15781-atlas-da-violencia-brasil-registrou-45-747-homicidios-em-2023-menor-taxa-em-11-anos-mas-violencia-contra-criancas-ainda-preocupa>. Acesso em: 05 nov. 2025.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (Brasil). Saúde Brasil 2020/2021: uma análise da situação da saúde e da qualidade da informação. Brasília: Ministério da Saúde, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/vigilancia/saude_brasil_2020_2021_situacao_saude_web.pdf/view. Acesso em: 05 nov. 2025.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME. Guia para elaboração de projetos sociais. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/guia-para-elaboracao-de-projetos-sociais.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2025.

MOURA NUNES DE OLIVEIRA, Pablo. “Fala Morador!”: A periferia na esfera pública e a violência urbana nas páginas hiperlocais. 2020. Disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/handle/1/17343>. Acesso em: 05 nov. 2025.

MUNIZ, Jacqueline de Oliveira. Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser: cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. 2016. Disponível em: <https://ippesbrasil.com.br/biblioteca-digital/ser-policial-e-sobretudo-uma-razao-de-ser-cultura-e-cotidiano-da-policia-militar-do-estado-do-rio-de-janeiro/>. Acesso em: 11 nov. 2025.

MUNIZ, Jacqueline de Oliveira. Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser: cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. 2016. Disponível em: <https://ippesbrasil.com.br/biblioteca-digital/ser-policial-e-sobretudo-uma-razao-de-ser-cultura-e-cotidiano-da-policia-militar-do-estado-do-rio-de-janeiro/>. Acesso em: 11 nov. 2025.

NOTÍCIAS — ICL. Projeto de verba bilionária para militares avança. 2025. Disponível em: <https://iclnoticias.com.br/projeto-verba-bilionaria-para-militares-avanca/>. Acesso em: 06 nov. 2025.

OBSERVATÓRIO DA SEGURANÇA — Rede. Pele Alvo: crônicas de dor e luta. 2024. Disponível em:

<https://drive.google.com/file/d/1Ahh4JWPRRF-kdfuxBFXyKqLMUJ1MTHZd/view>. Acesso em: 06 nov. 2025.

OBSERVATÓRIO DE TERRITÓRIOS SOCIAIS — PCRJ. 202012 Relatório Sintético 2025. Disponível em: <https://territoriosociais-pcrj.hub.arcgis.com/documents/PCRJ::202012-relatorio-sintetico-2025/about>. Acesso em: 05 nov. 2025.

OLIVEIRA, Pablo de Moura Nunes de. “Fala morador!” A periferia na esfera pública e a violência urbana nas páginas hiperlocais. 2020. Disponível em: <https://www.bdttd.uerj.br:8443/handle/1/17343>. Acesso em: 05 nov. 2025.

ONU-HABITAT; INSTITUTO Pereira Passos (IPP). Relatório Técnico de Territórios Sociais: Sistematização de dados e evidências territoriais. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2024

ONU-HABITAT. Cidade e comunidades sustentáveis: ODS 11 — Guia de Implementação Local. Nairobi: UN-Habitat, 2022.

ONU-HABITAT. Guia prático para políticas habitacionais inclusivas. Nairobi: UN-Habitat, 2021

ONU-HABITAT. World Cities Report 2020: The Value of Sustainable Urbanization. Nairobi: UN-Habitat, 2020. Disponível em: https://unhabitat.org/sites/default/files/2020/10/wcr_2020_report.pdf. Acesso em: 05 nov. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development. New York: United Nations, 2015.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES. Apoio
operação Acolhida. Disponível em:
<https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbd11496/files/documents/2025-11/7-operacao-acolhida.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2025.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). Determinantes sociais da saúde e desigualdades urbanas nas Américas. Brasília: OPAS, 2022.

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Cooperação para o desenvolvimento: panorama 2023. Paris: OECD Publishing, 2023.

ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL REPUDIAM OPERAÇÃO NO RIO DE JANEIRO. (Título da matéria). Carolina Pessôa. Rádioagência Nacional — EBC, 2025. Disponível em:
<https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/seguranca/audio/2025-10/organizacoes-da-sociedade-civil-repudiam-operacao-no-rio-de-janeiro>. Acesso em: 11 nov. 2025.

PAZ, SOF – Sempreviva Organização Feminista. Violência e desigualdade no Brasil. 2017. Disponível em:
<https://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2017/11/Violencia-e-desigualdade-web.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2025

PEREIRA, João; SILVA, Mariana. Políticas urbanas e enfrentamento da pobreza: uma análise das periferias brasileiras. São Paulo: Editora Contexto, 2021.

PLANO PLURIANUAL (Brasil). Lei do PPA 2024–2027. Brasília: Ministério do Planejamento e Orçamento, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/planejamento/plano-plurianual/paginas/paginas-ppa-2024-2027/lei-do-ppa>. Acesso em: 06 nov. 2025.

PLANO PLURIANUAL (Brasil). Revisão do PPA 2024–2027 — Anexo II. Brasília: Ministério do Planejamento e Orçamento, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/planejamento/plano-plurianual/arquivos/lei-do-ppa-2024-2027/revisao-ppa-2025/anexo-ii-final.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2025.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO; ONU-HABITAT. Territórios Sociais: Boletim de Indicadores 2024. Rio de Janeiro: PCRJ, 2024.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Relatório de Desenvolvimento Humano 2023/2024: Desigualdades no Antropoceno. Nova Iorque: PNUD, 2024.

PUC-Rio. Departamento de Relações Internacionais. Guia de normas acadêmicas e referências ABNT. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2023.

REDE DE OBSERVATÓRIO DA SEGURANÇA. Pele Alvo: Crônicas de Dor e Luta. 2024. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1Ahh4JWPRRF-kdfuxBFXyKqLMUJ1MTHZd/view>. Acesso em: 06 nov. 2025

RIO DE JANEIRO (Município). Instituto Pereira Passos. Atlas Municipal da Vulnerabilidade Social 2023. Rio de Janeiro: IPP, 2023.

RIO DE JANEIRO (Município). Secretaria Municipal de Assistência Social. Relatório Técnico de Monitoramento da Pobreza Urbana 2024. Rio de Janeiro: SMAS, 2024.

RIO DE JANEIRO (Município). Secretaria Municipal de Habitação. Programa Casa Carioca: diretrizes e implementação. Rio de Janeiro: SMH, 2023.

RIO DE JANEIRO. Instituto de Segurança Pública. Segurança em Números 2024. Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: <https://www.rj.gov.br/isp/node/824>. Acesso em: 11 nov. 2025.

ROLNIK, Raquel. Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2022.

SANTA CRUZ 2030. Plano Santa Cruz Agenda 2030. 2020. Disponível em: https://www.britishcouncil.org.br/sites/default/files/plano_santa_cruz_2030.pdf. Acesso em: 05 nov. 2025.

SANTA CRUZ 2030. Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável – Santa Cruz Agenda 2030. 2020. Disponível em: https://www.britishcouncil.org.br/sites/default/files/plano_santa_cruz_2030.pdf. Acesso em: 05 nov. 2025

SASSEN, Saskia. Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2021.

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA CIVIL DO RJ; POLÍCIA MILITAR DO RJ. Indicadores — Segurança em Números 2024. Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: <https://www.rj.gov.br/isp/node/824>. Acesso em: 05 nov. 2025.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, Ana Paula; SANTOS, Victor. Governança metropolitana e desigualdades sociais no Brasil. Brasília: IPEA, 2022.

SOARES, Luiz Eduardo. Meu casaco de general: 500 dias no front da segurança pública do Rio de Janeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SOF – Sempre Viva Organização Feminista. Violência e desigualdade no Brasil. São Paulo, 2017. Disponível em: <https://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2017/11/Violencia-e-desigualdade-web.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2025.

SOF — SEMPRE VIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA. Violência e Desigualdade no Brasil. São Paulo: SOF, 2017. Disponível em: <https://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2017/11/Violencia-e-desigualdade-web.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2025.

SOJA, Edward. Seeking Spatial Justice. London: University of Minnesota Press, 2010

TERRITÓRIOS SOCIAIS — Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. 202012 Relatório Sintético 2025. Rio de Janeiro: PCRJ, 2025. Disponível em: <https://territoriosociais-pcrj.hub.arcgis.com/documents/PCRJ::202012-relatorio-sintetico-2025/about>. Acesso em: 05 nov. 2025.

UCDP — Uppsala Conflict Data Program. Brazil Conflict Data — Country 140. Uppsala University, 2025. Disponível em: <https://ucdp.uu.se/country/140>. Acesso em: 11 nov. 2025.

UN-HABITAT. World Cities Report 2020: The Value of Sustainable Urbanization. Nairobi, 2020. Disponível em: https://unhabitat.org/sites/default/files/2020/10/wcr_2020_report.pdf. Acesso em: 05 nov. 2025

UNESCO — Fundo de População das Nações Unidas. Operação Acolhida — Relatório Técnico. Brasília: OIM/IOM Brasil, 2025. Disponível em: <https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbd11496/files/documents/2025-11/7-operacao-acolhida.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2025.

UNITED NATIONS HUMAN SETTLEMENTS PROGRAMME. World Cities Report 2020: The Value of Sustainable Urbanization. 2020. Disponível em: https://unhabitat.org/sites/default/files/2020/10/wcr_2020_report.pdf. Acesso em: 05 nov. 2025.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME (UNODC). Global Study on Homicide 2023: Executive Summary. Vienna: UNODC, 2023.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. Global Study on Homicide 2023 — Executive Summary. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/gsh/2023/GSH23_ExSum.pdf. Acesso em: 05 nov. 2025.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. Global Study on Homicide 2023 — Executive Summary. Viena: UNODC, 2023. Disponível em:

https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/gsh/2023/GSH23_ExSum.pdf
f. Acesso em: 05 nov. 2025.

UNIVERSIDADE DE UPPSALA. Uppsala Conflict Data Program – Brazil profile. UCDP Database, 2025. Disponível em: <https://ucdp.uu.se/country/140>. Acesso em: 01 dez. 2025.

UNODC – United Nations Office on Drugs and Crime. Global Study on Homicide 2023 – Executive Summary. Viena, 2023. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/gsh/2023/GSH23_ExSum.pdf
f. Acesso em: 12 nov. 2025.

UNODC — United Nations Office on Drugs and Crime. Global Study on Homicide 2023 — Executive Summary. Viena: UNODC, 2023. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/gsh/2023/GSH23_ExSum.pdf
f. Acesso em: 05 nov. 2025.

VEJA. Lula chama megaoperação no Rio de ‘matança’. 2025. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/lula-chama-megaoperacao-no-rio-de-matanca/>. Acesso em: 01 dez. 2025.

VELASCO, Augusto. 5 bilhões para o Exército: projeto de verba bilionária para militares avança. Instituto Conhecimento Liberta, 2025. Disponível em: <https://iclnoticias.com.br/projeto-verba-bilionaria-para-militares-avanca/>. Acesso em: 06 nov. 2025.

VICTER, Mirelle Pinheiro. Território e dinheiro: por que o CV disputa a Penha e a Zona Oeste no Rio. Metrôpoles, 2025. Disponível em:

<https://www.metropoles.com/colunas/mirelle-pinhoiro/territorio-e-dinheiro-por-que-o-cv-disputa-a-penha-e-a-zona-oeste-no-rio>. Acesso em: 11 nov. 2025.

VICTORIANO, Flávio; TEIXEIRA, Josiane. Guia para elaboração de projetos sociais. Ministério do Desenvolvimento Social, Brasília, 2020. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmsps/ferramentas/docs/guia-para-elaboracao-de-projetos-sociais.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2025.

VILLAS BÔAS, Bruno. Rio tem 57% das mortes por intervenção policial no Brasil. CNN Brasil, 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/rio-tem-57-das-mortes-por-intervencao-policial-no-brasil/>. Acesso em: 01 dez. 2025.

VITALE, Denise. Sociedade civil e segurança pública: desafios da democracia brasileira. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 37, n. 110, p. 1-22, 2022.

WORLD BANK; MDS (Brasil). Guia para elaboração de projetos sociais. Brasília: MDS, 2019. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmsps/ferramentas/docs/guia-para-elaboracao-de-projetos-sociais.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2025.

YOUTUBE — Canal Jornalismo Investigativo. Tiroteios na Zona Oeste — reportagem completa. YouTube, 2025. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uWlnkupv7Jk>. Acesso em: 11 nov. 2025.

YOUTUBE. Reportagem RJ2 – cobertura sobre violência na Zona Oeste. 2025. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uWlnkupv7Jk>. Acesso em: 01 dez. 2025.

ZONA OESTE: confronto entre facções criminosas e milicianos deixa uma morte e capotamento. CNN Brasil, 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/sudeste/rj/rj-tiroteio-entre-milicianos-na-zona-oeste-causa-capotamento-e-uma-morte/>. Acesso em: 11 nov. 2025.

ZONA OESTE: sete suspeitos de integrar milícia são presos durante churrasco. CNN Brasil, 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/sudeste/rj/rj-sete-suspeitos-de-integrar-milicia-sao-presos-durante-churrasco/>. Acesso em: 11 nov. 2025.

ZONEAMENTO urbano e disputa armada: como a guerra entre grupos criminosos fez a violência explodir na Zona Oeste do Rio. Agência Pública, 2025. Disponível em: <https://apublica.org/2025/04/como-a-guerra-entre-grupos-criminosos-fez-a-violencia-explodir-na-zona-oeste-do-rio/>. Acesso em: 11 nov. 2025